



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 033

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 14 DE MAIO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Valdir Rossoni
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Ratinho Júnior
PSC	Mauro Moraes

Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães - Rafael Greca; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 05: Ademar Traiano - Ailton Araújo - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck (em licença); PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 05: Carlos Simões - Jocelito Canto - Luiz Accorsi - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSC - 01: Mauro Moraes.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 033ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
14 DE MAIO DE 2003**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Delegado Bradock e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº DP/268/2003, do senhor Caio Brandão, diretor-presidente da Sanepar, encaminhando cópias autenticadas da prestação de contas da Sanepar, com

referência ao exercício de 2002. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 045/DP-Comec, do senhor Alcidino Bitencourt Pereira, diretor-presidente da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - Comec, encaminhando prestação de contas do exercício financeiro de 2002. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 104/DEAP, da senhora Daysi Lucia Ramos de Andrade, diretora do Arquivo Público do Paraná, encaminhando prestação de contas do Departamento Estadual de Arquivo Público do exercício de 2002. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 096/2003, do senhor Eduardo Ferreira Baggio, presidente da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos - Claspar, encaminhando documentação referente à prestação de contas dessa empresa, referente ao ano de 2002. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 119/2003-GRE, do senhor Gilberto Cezar Pavanelli, reitor da Fundação Universidade Estadual de Maringá, encaminhando processo de prestação de contas da referida Universidade, referente ao ano de 2002. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº GAB/SARC/094/2003, do senhor Manoel Valdemiro Francalino da Rocha, secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, comunicando a liberação dos recursos do convênio com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Rural - Fundação Terra / PR. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs CTL/SEEG/074, 075, 076 e 077/2003, do senhor governador do Estado, em exercício, Orlando Pessuti, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

120/2003: de autoria do deputado Luiz Accorsi, que dá nova redação ao artigo 1º, da Lei nº 12.385/98, declarando de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI Anjo da Guarda, com sede e foro no município de Diamante do Norte, o qual convertido em lei tomou o nº 14.046. **Anote-se - Arquite-se.**

043/2003: de autoria do deputado Hermas Brandão, que dá nova redação ao artigo 1º, da Lei nº 3415/57, declarando de Utilidade Pública o Conselho Arquidiocesano das Associações de Caridade de São Vicente de Paulo, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o nº 14.047. **Anote-se - Arquite-se.**

683/2002: de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Rede Brasileira para Conservação dos Recursos Hídricos e Naturais Amigos das Águas, com sede e foro nesta capital, o qual convertido em lei tomou o nº 14.048. **Anote-se - Arquite-se.**

622/2002: de autoria dos deputados José Maria Ferreira e Orlando Pessuti, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao professor doutor Metry Bacila, o qual convertido em lei tomou o nº 14.049. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº Presi-0538/2003, do senhor Antonio Rycheta Arten, diretor-presidente da Agência de Fomento do Paraná S/A, encaminhando, para apreciação, prestação de contas, relativas ao exercício de 2002. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 165-Dipre, do senhor Ney Amilton Caldas Ferreira, diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - Codapar, encaminhando prestação de contas geral - exercício 2002. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC/78/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei Complementar nº 138/2003, de autoria do Poder Executivo, que altera os dispositivos que especifica, da Lei Complementar nº 14/82 (Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná), o qual foi convertido em Lei Complementar nº 98. **Anote-se - Arquite-se.**

Indicações:

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 17/2003

Exma. Sra. Marina Silva, ministra do Meio Ambiente

O deputado estadual que este subscreve, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

Considerando que,

Saneamento, segundo definição contida no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, é o ato ou efeito de sanear e no conceito urbanístico é a série de medidas que tornam uma área sadia, limpa, habitável, oferecendo condições adequadas de vida para uma população ou para a agricultura e nestas ações a água torna-se imprescindível;

Saneamento é ação de saúde pública, desenvolvimento econômico, proteção do meio ambiente e um direito do cidadão. É também um monopólio natural, o que elimina a possibilidade de concorrência entre os prestadores desse serviço essencial à vida. Saneamento é um bem social que não pode ser confundido com mercadoria, por isso deve ser mantido sob gestão pública. Trata-se do último setor de infra-estrutura do país que ainda não foi privatizado.

A Constituição, em seu artigo 30, determina que os municípios brasileiros são os titulares para a gestão do saneamento, detêm o poder concedente sobre os serviços e são, portanto, responsáveis pela regulamentação de sua prestação, quando os serviços forem concedidos. A gestão municipal do saneamento assegura a integração e o planejamento das várias políticas públicas, como saúde, desenvolvimento urbano, meio ambiente. O município faz saneamento com tarifas mais baratas em relação às

praticadas pelas companhias estaduais de saneamento, apresentando maior cobertura de atendimento e utilizando tecnologias apropriadas às populações atendidas.

As exigências econômicas da globalização determinam o desmantelamento de vários setores da economia das nações, como prova o memorando do FMI. O questionamento da titularidade do município sobre o saneamento exhibe a face da política de globalização de concentrar renda e poder, porque o Poder Local é instrumento de descentralização de renda, de exercício de participação e democracia, gestão eficiente e de resultados comprovados do serviço público. A determinação de privatizar o saneamento está expressa no memorando de política econômica firmado entre o governo brasileiro e o FMI, em 08 de março de 1999. Para privatizar o governo sabe que é indispensável a reforma da Constituição e a mudança da legislação que dispõe sobre as concessões dos serviços públicos de água e esgoto.

O município é a fonte geradora das tarifas e a gestão do saneamento mais próxima da população, requer das prefeituras compromisso com a qualidade e eficiência ao atendimento.

A Titularidade Municipal sobre os serviços de saneamento, estimula o controle social e a participação da população no estabelecimento dessas políticas públicas.

No exercício de sua autonomia municipal, compete ao município entre outros, legislar sobre assuntos de interesse local assim como, organizar e prestar diretamente ou sob regime de concessão ou permissão os serviços públicos de interesse local, conforme dispõe o artigo 30, inciso V, da Constituição Federal.

O golpe constitucional que se configura com a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional 043/2000 que pretende retirar do Estado a competência sobre as águas subterrâneas, situando para mais longe a competência e necessidade dos municípios sobre a questão do saneamento, visando, talvez, a venda em bloco desse setor de serviços especiais e estratégicos. Dentre os serviços públicos existentes no Brasil cuja responsabilidade pertence ao Poder Público, o saneamento com certeza é o mais atraente e mais rentável por se tratar de monopólio natural. Não há qualquer possibilidade de competição na prestação desses serviços. Aliás, essa é uma das razões que nos leva a sermos contrários à sua outorga para a iniciativa privada. Mas o governo agora aliado aos secretários estaduais de Saneamento, pretende novamente tirar do município e dos prefeitos a autonomia de decidir sobre o que é melhor para a população local.

A Titularidade Municipal sobre os serviços de saneamento, estimula o controle social e a participação da população no estabelecimento dessas políticas públicas e não podemos permitir que o governo federal concretize a retirada da titularidade municipal, perdendo o município toda e qualquer possibilidade de gerir e decidir sobre as prioridades locais.

Faz-se necessária a implantação de uma política nacional de saneamento que contemple ações de saúde pública, de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, drenagem pluvial e tratamento de resíduos sólidos, tanto nas áreas urbanas quanto rurais, a fim de afirmar um serviço público que garanta os princípios básicos da universalização, equidade, integralidade e gestão com participação e controle social.

Os direitos humanos serão feridos ao tratar a água como mercadoria e não mais como um bem público, assim como viola o princípio constitucional da isonomia quando não contempla na universalização do serviço de saneamento básico à população rural e condiciona o acesso ao serviço mediante o pagamento de tarifas.

Não há justificativa para cassar a titularidade dos Estados em favor da União, sob o mote do interesse comum.

Sugerimos:

A rejeição pelo Congresso Nacional do projeto de Emenda à Constituição 043/2000, sob pena de criar entraves no desenvolvimento e regulamentação do setor de saneamento básico, por ser água, como já salientamos, essencial à manutenção desses serviços.

Ainda, considerando a complexidade e a importância da regulamentação da política de saneamento básico, propomos uma ampla discussão com a sociedade e entidades responsáveis pela prestação desses serviços, principalmente com os municípios, a fim de construir uma proposta que respeite a Constituição da República Federativa do Brasil e os reais interesses do povo brasileiro.

Lutar pela implantação de uma política nacional de saneamento que contemple ações capazes de assegurar o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a drenagem de águas pluviais, o tratamento dos resíduos sólidos e o controle da transmissão de doenças nas áreas urbanas e rurais, que garanta os princípios básicos da universalidade, integralidade e gestão pública com controle social.

Sala das Sessões, em 14.05.2003.

(a) HERMES FONSECA

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 18/2003

Exmo. senhor deputado federal Nelson Pellegrino, líder do Partido dos Trabalhadores na Câmara Federal.

O deputado estadual que este subscreve, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

Considerando que,

Saneamento, segundo definição contida no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, é o ato ou efeito de sanear e no conceito urbanístico é a série de medidas que tornam uma área sadia, limpa, habitável, oferecendo condições adequadas de vida para uma população ou para a agricultura e nestas ações a água torna-se imprescindível;

Saneamento é ação de saúde pública, desenvolvimento econômico, proteção do meio ambiente e um direito do cidadão. É também um monopólio natural, o que elimina a possibilidade de concorrência entre os prestadores desse serviço essencial à vida. Saneamento é

um bem social que não pode ser confundido com mercadoria, por isso deve ser mantido sob gestão pública. Trata-se do último setor de infra-estrutura do país que ainda não foi privatizado.

A Constituição, em seu artigo 30, determina que os municípios brasileiros são os titulares para a gestão do saneamento, detêm o poder concedente sobre os serviços e são, portanto, responsáveis pela regulamentação de sua prestação, quando os serviços forem concedidos. A gestão municipal do saneamento assegura a integração e o planejamento das várias políticas públicas, como saúde, desenvolvimento urbano, meio ambiente. O município faz saneamento com tarifas mais baratas em relação às praticadas pelas companhias estaduais de saneamento, apresentando maior cobertura de atendimento e utilizando tecnologias apropriadas às populações atendidas.

As exigências econômicas da globalização determinam o desmantelamento de vários setores da economia das nações, como prova o memorando do FMI. O questionamento da titularidade do município sobre o saneamento exhibe a face da política de globalização de concentrar renda e poder, porque o Poder Local é instrumento de descentralização de renda, de exercício de participação e democracia, gestão eficiente e de resultados comprovados do serviço público. A determinação de privatizar o saneamento está expressa no memorando de política econômica firmado entre o governo brasileiro e o FMI, em 08 de março de 1999. Para privatizar o governo sabe que é indispensável a reforma da Constituição e a mudança da legislação que dispõe sobre as concessões dos serviços públicos de água e esgoto.

O município é a fonte geradora das tarifas e a gestão do saneamento mais próxima da população, requer das prefeituras compromisso com a qualidade e eficiência ao atendimento.

A Titularidade Municipal sobre os serviços de saneamento, estimula o controle social e a participação da população no estabelecimento dessas políticas públicas.

No exercício de sua autonomia municipal, compete ao município entre outros, legislar sobre assuntos de interesse local assim como, organizar e prestar diretamente ou sob regime de concessão ou permissão os serviços públicos de interesse local, conforme dispõe o artigo 30, inciso V, da Constituição Federal.

O golpe constitucional que se configura com a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional 043/2000 que pretende retirar do Estado a competência sobre as águas subterrâneas, situando para mais longe a competência e necessidade dos municípios sobre a questão do saneamento, visando, talvez, a venda em bloco desse setor de serviços especiais e estratégicos. Dentre os serviços públicos existentes no Brasil cuja responsabilidade pertence ao Poder Público, o saneamento com certeza é o mais atraente e mais rentável por se tratar de monopólio natural. Não há qualquer possibilidade de competição na prestação desses serviços. Aliás, essa é uma das razões

que nos leva a sermos contrários à sua outorga para a iniciativa privada. Mas o governo agora aliado aos secretários estaduais de Saneamento, pretendem novamente tirar do município e dos prefeitos a autonomia de decidir sobre o que é melhor para a população local.

A Titularidade Municipal sobre os serviços de saneamento, estimula o controle social e a participação da população no estabelecimento dessas políticas públicas e não podemos permitir que o governo federal concretize a retirada da titularidade municipal, perdendo o município toda e qualquer possibilidade de gerir e decidir sobre as prioridades locais.

Faz-se necessária a implantação de uma política nacional de saneamento que contemple ações de saúde pública, de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, drenagem pluvial e tratamento de resíduos sólidos, tanto nas áreas urbanas quanto rurais, a fim de afirmar um serviço público que garanta os princípios básicos da universalização, equidade, integralidade e gestão com participação e controle social.

Os direitos humanos serão feridos ao tratar a água como mercadoria e não mais como um bem público, assim como viola o princípio constitucional da isonomia quando não contempla na universalização do serviço de saneamento básico à população rural e condiciona o acesso ao serviço mediante o pagamento de tarifas.

Não há justificativa para cassar a titularidade dos Estados em favor da União, sob o mote do interesse comum.

Sugerimos:

A rejeição pelo Congresso Nacional do projeto de Emenda à Constituição 043/2000, sob pena de criar entraves no desenvolvimento e regulamentação do setor de saneamento básico, por ser água, como já salientamos, essencial à manutenção desses serviços.

Ainda, considerando a complexidade e a importância da regulamentação da política de saneamento básico, propomos uma ampla discussão com a sociedade e entidades responsáveis pela prestação desses serviços, principalmente com os municípios, a fim de construir uma proposta que respeite a Constituição da República Federativa do Brasil e os reais interesses do povo brasileiro.

Lutar pela implantação de uma política nacional de saneamento que contemple ações capazes de assegurar o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a drenagem de águas pluviais, o tratamento dos resíduos sólidos e o controle da transmissão de doenças nas áreas urbanas e rurais, que garanta os princípios básicos da universalidade, integralidade e gestão pública com controle social.

Sala das Sessões, em 14.05.2003.

(a) HERMES FONSECA

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 19/2003

Exmo. senhor senador Tião Viana, líder do Partido dos Trabalhadores no Senado Federal.

O deputado estadual que este subscreve, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

Considerando que,

Saneamento, segundo definição contida no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, é o ato ou efeito de sanear e no conceito urbanístico é a série de medidas que tornam uma área sadia, limpa, habitável, oferecendo condições adequadas de vida para uma população ou para a agricultura e nestas ações a água torna-se imprescindível;

Saneamento é ação de saúde pública, desenvolvimento econômico, proteção do meio ambiente e um direito do cidadão. É também um monopólio natural, o que elimina a possibilidade de concorrência entre os prestadores desse serviço essencial à vida. Saneamento é um bem social que não pode ser confundido com mercadoria, por isso deve ser mantido sob gestão pública. Trata-se do último setor de infra-estrutura do país que ainda não foi privatizado.

A Constituição, em seu artigo 30, determina que os municípios brasileiros são os titulares para a gestão do saneamento, detêm o poder concedente sobre os serviços e são, portanto, responsáveis pela regulamentação de sua prestação, quando os serviços forem concedidos. A gestão municipal do saneamento assegura a integração e o planejamento das várias políticas públicas, como saúde, desenvolvimento urbano, meio ambiente. O município faz saneamento com tarifas mais baratas em relação às praticadas pelas companhias estaduais de saneamento, apresentando maior cobertura de atendimento e utilizando tecnologias apropriadas às populações atendidas.

As exigências econômicas da globalização determinam o desmantelamento de vários setores da economia das nações, como prova o memorando do FMI. O questionamento da titularidade do município sobre o saneamento exhibe a face da política de globalização de concentrar renda e poder, porque o Poder Local é instrumento de descentralização de renda, de exercício de participação e democracia, gestão eficiente e de resultados comprovados do serviço público. A determinação de privatizar o saneamento está expressa no memorando de política econômica firmado entre o governo brasileiro e o FMI, em 08 de março de 1999. Para privatizar o governo sabe que é indispensável a reforma da Constituição e a mudança da legislação que dispõe sobre as concessões dos serviços públicos de água e esgoto.

O município é a fonte geradora das tarifas e a gestão do saneamento mais próxima da população, requer das prefeituras compromisso com a qualidade e eficiência ao atendimento.

A Titularidade Municipal sobre os serviços de saneamento, estimula o controle social e a participação da população no estabelecimento dessas políticas públicas.

No exercício de sua autonomia municipal, compete ao município entre outros, legislar sobre assuntos de interesse local assim como, organizar e prestar diretamente ou sob regime de concessão ou permissão os serviços públicos de interesse local, conforme dispõe o artigo 30, inciso V, da Constituição Federal.

O golpe constitucional que se configura com a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional 043/2000 que pretende retirar do Estado a competência sobre as águas subterrâneas, situando para mais longe a competência e necessidade dos municípios sobre a questão do saneamento, visando, talvez, a venda em bloco desse setor de serviços especiais e estratégicos. Dentre os serviços públicos existentes no Brasil cuja responsabilidade pertence ao Poder Público, o saneamento com certeza é o mais atraente e mais rentável por se tratar de monopólio natural. Não há qualquer possibilidade de competição na prestação desses serviços. Aliás, essa é uma das razões que nos leva a sermos contrários à sua outorga para a iniciativa privada. Mas o governo agora aliado aos secretários estaduais de Saneamento, pretendem novamente tirar do município e dos prefeitos a autonomia de decidir sobre o que é melhor para a população local.

A Titularidade Municipal sobre os serviços de saneamento, estimula o controle social e a participação da população no estabelecimento dessas políticas públicas e não podemos permitir que o governo federal concretize a retirada da titularidade municipal, perdendo o município toda e qualquer possibilidade de gerir e decidir sobre as prioridades locais.

Faz-se necessária a implantação de uma política nacional de saneamento que contemple ações de saúde pública, de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, drenagem pluvial e tratamento de resíduos sólidos, tanto nas áreas urbanas quanto rurais, a fim de afirmar um serviço público que garanta os princípios básicos da universalização, equidade, integralidade e gestão com participação e controle social.

Os direitos humanos serão feridos ao tratar a água como mercadoria e não mais como um bem público, assim como viola o princípio constitucional da isonomia quando não contempla na universalização do serviço de saneamento básico à população rural e condiciona o acesso ao serviço mediante o pagamento de tarifas.

Não há justificativa para cassar a titularidade dos Estados em favor da União, sob o mote do interesse comum.

Sugerimos:

A rejeição pelo Congresso Nacional do projeto de Emenda à Constituição 043/2000, sob pena de criar entraves no desenvolvimento e regulamentação do setor de saneamento básico, por ser água, como já salientamos, essencial à manutenção desses serviços.

Ainda, considerando a complexidade e a importância da regulamentação da política de saneamento básico, propomos uma ampla discussão com a sociedade e entidades responsáveis pela prestação desses serviços, principalmente com os municípios, a fim de construir uma proposta que respeite a Constituição da República Federativa do Brasil e os reais interesses do povo brasileiro.

Lutar pela implantação de uma política nacional de saneamento que contemple ações capazes de assegurar o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a drena-

gem de águas pluviais, o tratamento dos resíduos sólidos e o controle da transmissão de doenças nas áreas urbanas e rurais, que garanta os princípios básicos da universalidade, integralidade e gestão pública com controle social.

Sala das Sessões, em 14.05.2003.

(a) HERMES FONSECA

INDICAÇÃO Nº 20/2003

Exmo. Sr. secretário de Estado da Segurança.

O deputado Alexandre Curi, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - Através do presente, solicitamos os bons ofícios de V. Exa. no sentido de viabilizar o enquadramento dos funcionários do Instituto Médico Legal do Paraná, que por sucessivas gestões ficaram esquecidos e foram prejudicados, não recebendo as gratificações concedidas ao Sistema Penitenciário, sendo que desenvolvem ações deste, e não recebem as gratificações concedidas ao Sistema de Saúde do qual também desenvolvem diversos procedimentos.

2 - Na área da Saúde atuam como laboratório-hospitalar em regime de plantão: laboratório de anatomia patológica, laboratório de toxicologia e química legal (anexo 1, 2, 3, 4 e 5) executando coleta de material, exames de sangue, urina e secreções, coletando vísceras e fragmentos durante as necrópsias, estando ainda em contacto direto com substâncias químicas tais como: xilol, formol, corantes, benzidina, entre outros que rotineiramente não são utilizados em outros serviços por serem reconhecidamente cancerígenos, aqui o são por necessidade da técnica. Muitas vezes os corpos já se encontram em adiantado estado de putrefação, expondo os funcionários a uma gama de doenças, visto que, mesmo seguindo as regras da biosegurança, não podem ser controladas. Lembramos ainda os serviços de Raio X em cadáver e a odontologia forense que durante os processos de identificação pela arcada dentária tomam contato com cadáveres carbonizados, putrefeitos e com ossadas. Essas atividades na Secretaria de Saúde dão direito à GAE/GAS.

3 - Os funcionários desse Instituto, atuam em regime de plantão, em contacto direto com examinandos oriundos do Sistema Penitenciário, Manicômio Judiciário e Delegacias (presos, muitas vezes de alta periculosidade escoltados por policiais fortemente armados, cumprindo pena e/ou aguardando julgamento nas delegacias), acompanhando-os em exames de corpo delito, em exames de psiquiatria forense e na coleta de materiais para realização de exames de laboratórios, expondo-se ao perigo, quando na tentativa de fuga de algum preso, fato que já ocorreu inúmeras vezes nesse Instituto.

4 - Estas ações de exposições ao risco contemplam, como é de seu conhecimento, outro segmento da Secretaria da Segurança com a Gratificação de Zona aos funcionários do Sistema Penitenciário, e que neste Órgão nenhum funcionário é contemplado.

5 - Considerando que os funcionários do Sistema Penitenciário recebem Gratificação de Zona por presta-

rem atendimento aos presidiários e, os funcionários da Secretaria da Saúde e do Instituto de Saúde do Paraná pela Lei nº 9.198 de 18 de janeiro de 1990 (cópia anexa), em seu artigo 7º recebem a Gratificação de Atividades Específica - GAE e ou Gratificação de Atividades de Saúde - GAS, os servidores do IML entendem que realizam trabalhos de interface que contemplam os dois Sistemas: a Saúde e o Penitenciário.

6 - Diante do exposto, aguardamos vossa posição na revisão dos critérios da não inclusão do IML nas gratificações acima citadas.

Sala das Sessões, em 14.05.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

INDICAÇÃO Nº 21/2003

Exmo. Sr. secretário da Fazenda.

O deputado Reni Pereira, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A remissão dos créditos tributários relativos ao Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, lançados até 31 de dezembro de 2000, cujos valores atualizados sejam iguais ou inferiores a R\$200,00 (duzentos reais). As importâncias já recolhidas não seriam restituídas ou compensadas.

Sala das Sessões, em 14.05.2003.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da apresentação da presente indicação é de beneficiar os proprietários de veículos que não têm possibilidade financeira de quitar suas dívidas relativas ao Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, impossibilitando, muitas vezes, a possibilidade de os mesmos exercerem suas atividades profissionais.

INDICAÇÃO Nº 22/2003

Exmo. Sr. governador do Estado.

O deputado Mauro Moraes, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar a criação da Secretaria de Estado da Juventude.

A competência da Secretaria de Estado da Juventude seria:

I - a formulação de políticas e proposição de diretrizes ao governo do estado, voltadas à juventude;

II - a coordenação da implementação das ações governamentais voltadas para o atendimento aos jovens;

III - a formulação e a execução, direta ou indiretamente, em parceria com entidades públicas e privadas, de programas, projetos e atividades para jovens;

IV - o apoio à iniciativa da sociedade civil destinadas a fortalecer a auto-organização dos jovens;

V - promover e incentivar intercâmbios e entendimentos com organizações e instituições afins, de caráter nacional ou internacional;

VI - promover o desenvolvimento de estudos, debates e pesquisas sobre a vida e a realidade da juventude;

VII - conscientizar os diversos setores da sociedade sobre a realidade da juventude, os problemas que enfrenta, suas necessidades e potencialidades;

VIII - promover campanhas de conscientização e programas educativos junto a instituições de ensino e pesquisa, veículos de comunicação e outras entidades sobre problemas, necessidades, direito e deveres dos jovens;

IX - promover cursos visando a formação de jovens líderes.

A estrutura básica da Secretaria de Estado da Juventude seria a seguinte:

I - um secretário de Estado;

II - Conselho Estadual da Juventude;

III - Conselho de Orientação;

IV - Coordenadoria de Programas para a Juventude.

Sala das Sessões, em 14.05.2003.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Segundo dados do IBGE, o Brasil conta com o maior contingente de jovens entre 15 e 24 anos. O que seria uma ótima notícia, transformou-se numa das mais sérias dificuldades que o País enfrenta.

É inegável que essa imensa massa de jovens enfrenta grandes dificuldades como o desemprego, a violência urbana, o consumo de drogas, a constante exposição à morte, entre outros. A ausência de políticas públicas específicas para essa faixa da população é um antigo e grave problema em razão da falta de investimentos em educação, cultura, esporte e lazer e opções de trabalho.

Experiências bem sucedidas, realizadas tanto no Brasil quanto no exterior, demonstram que estimular o protagonismo juvenil e a força criativa do jovem vem se provando uma maneira eficaz de enfrentar os desafios gerados por este quadro crítico. Para isto, o jovem deve ser encarado como pessoa capaz de participar, ampliar, influir e transportar projetos, programas e atividades implementados pelo governo ou pela sociedade civil.

As políticas públicas em geral, elaboradas pelo governo federal, até agora se mostraram apenas compensatórias ou essencialmente procuram corrigir as desigualdades e demandas mais urgentes ou gritantes.

A Secretaria da Juventude já foi criada em estados como Amapá, Acre, São Paulo, Goiás e Brasília e tem desenvolvido um bom trabalho.

Portanto, a presente proposição tem o objetivo de que o Estado do Paraná, também crie a sua secretaria e passe a ser reconhecido no País como o estado que possui uma política séria para seus jovens.

Portanto, peço a atenção especial desta Casa Legislativa a esta importante indicação, com sua aprovação.

INDICAÇÃO Nº 23/2002

Exmo. senhor governador do Estado e senhor diretor de Departamento de Trânsito do Paraná.

O deputado Mauro Moraes dirige-se a V. Exa. e a V. Sa., para expor e reivindicar o seguinte:

01 - A isenção ou redução do pagamento das taxas estaduais, relativas à emissão e/ou renovação da carteira Nacional de Habilitação, às pessoas portadoras de deficiência.

02 - A isenção abrangeria o pagamento de quaisquer exames médicos exigidos pelas autoridades competentes.

03 - A pessoa portadora de deficiência, a ser beneficiada, teria que se enquadrar, pelo menos, numa das seguintes categorias:

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida exceto as deformidades estéticas e as que não produzem dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência física - perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras.

Sala das Sessões, em 14.05.2003.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Esta proposição foi inspirada em norma legal editada neste Estado, através da qual foi concedido benefício a um importante segmento da população.

Por considerar a medida extremamente justa, pretendemos beneficiar também as pessoas portadoras de deficiência, cujas dificuldades são sobejamente conhecidas.

INDICAÇÃO Nº 24/2002

Exmo. senhor governador do Estado e Exmo. senhor secretário da Fazenda.

O deputado Geraldo Cartário dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

01 - A regulamentação da Lei nº 13.561, de 16 de maio de 2002, que concedeu auxílio-transporte aos integrantes das Polícias Civil e Militar, que dispõe o seguinte:

“Art. 1º - O Poder Executivo Estadual fica autorizado a conceder auxílio-transporte a todos os integrantes das Polícias Civil e Militar, da ativa e da inativa.

Art. 2º - O auxílio-transporte referido no artigo anterior consiste na isenção da incidência do ICMS na aquisição de um veículo popular básico para cada policial, zero quilômetro de fabricação nacional, cabendo ao decreto especificar as formas de controle e objetivos a que se destina.

Parágrafo Único - Os veículos que trata o dispositivo supra citado somente poderão ser vendidos após 05 (cinco) anos de uso.”

Sala das Sessões, em 14.05.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

INDICAÇÃO Nº 25/2002

Exmo. senhor secretário da Fazenda.

O deputado Reni Pereira dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

01 - O parágrafo único do artigo 40 da Lei nº 11.580/96, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, passaria a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - As demais multas previstas no inciso 1º do artigo 55 desta lei, propostas em auto de infração, serão reduzidas:

a) em 80% (oitenta por cento), quando pagas até o 15º dia subsequente ao da ciência do auto de infração, juntamente com demais quantias exigidas, ou quando estas, quitada a multa, sejam objeto de parcelamento;

b) em 60% (sessenta por cento), quando pagas do 16º ao 30º dia subsequente ao da ciência do auto de infração, juntamente com as demais quantias exigidas, ou quando estas, quitadas a multa, sejam objeto de parcelamento;

c) em 40% (quarenta por cento), quando pagas até trinta dias após a ciência da decisão condenatória em processo administrativo fiscal.”

Sala das Sessões, em 14.05.2003.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por objetivo propor a redução das multas previstas no artigo 55 da Lei nº 11.580/96, que dispõe sobre o Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS.

A proposta irá beneficiar tanto o contribuinte, que terá como arcar com as multas, como também o Governo do Estado do Paraná, que receberá recursos para tocar a execução de obras e programas que tanto necessita o povo da nossa terra.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 925

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 177/2003, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Tamarana”, com sede no município de Tamarana e foro no município de Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 14.05.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 939

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 145/2003, de sua autoria e do deputado Bradock, que objetiva alterar legislações específicas de que trata da exclusividade de função na Polícia Civil e Militar.

Sala das Sessões, em 14.05.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 940

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 07/2003, de sua autoria, que dispõe sobre encampação das concessões rodoviárias do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 14.05.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 923

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 14.05.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 938

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a prorrogação do prazo para entrega das Emendas do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2004, até o dia 23 de maio de 2003.

Sala das Sessões, em 14.05.2003.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 921

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja antecipada a Sessão Ordinária do dia 15, quinta-feira, para logo após o término da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 14.05.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 927

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, componentes da Comissão Parlamentar Externa da Reforma Tributária no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, transforma-

ção de Sessão Plenária do próximo dia 26, segunda-feira, em Sessão Plenária Especial sobre a Reforma Tributária, promovida por esta Comissão, pela Associação dos municípios do Paraná e pelo Movimento Pró-Paraná.

Sala das Sessões, em 14.05.2003.

(aa) RENI PEREIRA

DURVAL AMARAL

JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 937

Senhor Presidente:

A deputada estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, mui respeitosamente, solicitar ao Exmo Sr. presidente da Assembléia Legislativa a utilização de todo o horário destinado ao Pequeno Expediente da Sessão do dia 20 de maio para fazer uso da palavra a Dra. Márcia Caldas Vellozo Machado, presidente da Comissão da Criança e do Adolescente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, que exporá aos senhores deputados questões relativas ao Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Regularização do Trabalho do Adolescente no Paraná.

Sala das Sessões, em 14.05.2003.

(a) ARLETE CARAMÊS

REQUERIMENTO Nº 928

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento dos Projetos de Lei nºs 192/2003 e 207/2003, de sua autoria, tendo em vista que está entrando com proposições de indicação para objetivar a execução dos projetos a serem arquivados.

Sala das Sessões, em 14.05.2003.

(a) MAURO MORAES

REQUERIMENTO Nº 933

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do professor Newton Freire-Maia, nesta capital. Era uma pessoa muito querida e respeitada pelos seus familiares, amigos, colegas de profissão, alunos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 14.05.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Professor Newton Freire-Maia, mineiro de Boa Esperança, nascido em 1918, foi fundador do Departamento de Genética da Universidade Federal do Paraná -

UFPR, há mais de meio século, e um dos mais importantes pesquisadores do País, no campo da genética. Sua vida foi exemplarmente dedicada à educação superior, formando em nível de graduação, pós e doutorado, em especial à UFPR. Morreu como presidente honorário da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e ex-presidente da Sociedade Brasileira de Genética.

Foi fundador de instituições valiosas para a vida cultural do Brasil, como o Instituto Ciência e Fé (do qual tive a honra de participar do grupo de fundadores e do qual ainda sou dirigente). Formou gerações de pesquisas de genética. Publicou obras por editoras norte-americanas Detroit Press e University sobre as chamadas displasias ectodérmicas.

Há três livros de autoria do professor Newton Freire-Maia editado pela Editora Vozes: casamentos consanguíneos e temas como o racismo. Newton Freire-Maia era um dos mais antigos catedráticos da UFPR ainda atuando. Foi uma vida voltada ao ensino, à pesquisa universitária e à trajetória de distribuição do bem na procura da justiça social.

REQUERIMENTO Nº 922

Senhor Presidente:

O deputado estadual que assina o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER a esta Casa, após decisão do Plenário, que sejam consignadas nos Anais da Sessão de hoje, as efusivas congratulações deste Parlamento, à direção e funcionários do jornal O Paraná, de Cascavel, pelo transcurso do 27º aniversário de sua existência.

“Uma nação sem grandes jornais é uma pequena nação”. (Alberto Dines)

Pode-se, sem dúvida, acrescentar: um Estado sem grandes jornais é um pequeno Estado. Uma região sem grandes jornais é uma pequena região. O jornal O Paraná é o tempo, o espelho e a miragem da pujante região Oeste do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Paraná, com a presente proposição, associa-se ao vasto círculo de homenagens que serão rendidas ao notável veículo de comunicação escrita do Oeste do Paraná, e, não menos, de todo o Estado, felicitando a sua direção e o seu quadro funcional pela significativa data em comemoração.

Notadamente, deter-se pela esteira histórica desse renomado jornal, é encontrar ao decurso do tempo as saliências dos impulsos das boas virtudes e da imposição do respeito aos valores éticos e morais. Atributos tão fundamentais quando se faz um jornalismo sério. Sem credibilidade não há comunicação e, sem ela, desaparece a atualidade e a impressão da verdade.

“O Paraná” constrói a sua solidez pelo respeito à verdade e indelével compromisso com os valores familiares, sociais e cívicos. Sem arredar dessa linha de comportamento, a postura adotada o transformou num conceituado e influente veículo de informação, sem se

expor a risco de comprometer a sua independência e de avaliar a sua isenção.

Um jornal é, inquestionavelmente, célebre e grande, na expressão de seu conteúdo e de sua filosofia, mas, sobremaneira, é a confiança do leitor que lhe assegura o fausto da respeitabilidade, e de via, a certeza da perenidade.

“Quem escreve a história sem propagar e fomentar injustiças e inverdades, só pode colher louros e vitórias”.

Do aprovado, também requer o parlamentar requerente, que seja dado ciência, com a expressão dos votos de larga prosperidade e contínuo sucesso, ao jornal homenageado, na pessoa do seu ilustre diretor-presidente, senhor André Heitor Costi, à Rua Pernambuco, 1600, Cascavel / PR.

Sala das Sessões, em 14.05.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 911

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao jornal Agora Paraná, de Pinhais, pela passagem de seu 11º aniversário de fundação.

Requer outrossim que da decisão da Casa seja dado ciência ao senhor diretor-presidente, Sady Ricardo, para que receba e transmita aos demais diretores, jornalistas, colaboradores e funcionários, as homenagens da Assembléia Legislativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 14.05.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Hoje, 13 de maio, é para nós um dia de gala, quando o jornal Agora Paraná, de Pinhais, completa 11 anos de fundação.

Jornalismo é quase um sacerdócio; é uma vocação do bem servir.

A importância da imprensa na vida moderna é indiscutível, assim como a sua influência decisiva na sociedade, seja como veículo de comunicação, seja como emissor de cultura, lazer, recreação, e também na participação para o desenvolvimento e o progresso da sociedade em todas as áreas.

Para nós, paranaenses, é muito importante mostrar o lado positivo do nosso Paraná, e ainda muito mais importante levar ao conhecimento da opinião o nosso progresso tecnológico na área de comunicação.

É gratificante a todos os paranaenses, especialmente aos da região de Pinhais, saberem que o avanço tecnológico e o progresso caminham lado a lado, unindo a criatividade e a técnica com o estágio atual do desenvolvimento.

A este contentamento, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste deputado, se associa como representante do povo, congratulando-se com o jor-

nal Agora Paraná, de Pinhais, como atestado de que seu sucesso é fruto de trabalho e competência.

REQUERIMENTO Nº 912

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje de voto de congratulações e aplausos à empresa R.P. Informática, de Clevelândia, pelo recebimento do prêmio “Top de Categoria 2003”.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao senhor Ricardo Pocaí, diretor-comercial da R.P. Informática, para que receba e transmita aos demais diretores e funcionários, as homenagens da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 14.05.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Valorizar o fornecedor é estimular o crescimento. Foi assim pensando que a APRAS criou o Prêmio “Top de Categoria 2003”. O prêmio veio sobremaneira nos incentivar a continuar desenvolvendo produtos e serviços cada vez mais identificados com o setor, afirmou o senhor Ricardo Pocaí. Não só de pão material vive o homem, mas por igual, do pão e do espírito.

Um povo não se faz admirar, apenas pela sua força bruta, mas sobretudo, pelas criações do espírito.

Uma agremiação, como a R. P. Informática é pois uma instituição de tal valia que, em cada rincão, por mais afastado que se encontre, uma instituição desse gênero deveria existir.

Estão pois, de parabéns todos os diretores, auxiliares e colaboradores da R. P. Informática, que a sociedade paranaense agradece por intermédio da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 918

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje de voto de congratulações ao coronel Antonio Amauri Ferreira de Lima, pela posse no cargo de comandante do Policiamento do Interior, a ser realizada nesta data, no Quartel do Comando Geral da Polícia Militar.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao coronel Antonio Amauri Ferreira de Lima, no Quartel do Comando Geral da Polícia Militar, à Av. Marechal Floriano Peixoto, 1401, Rebouças, Curitiba.

Sala das Sessões, em 14.05.2003.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 919

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje de voto de congratulações à Sociedade Rural de Maringá, pela realização da Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Maringá - EXPOINGÁ, em sua 31ª edição, no período de 09 a 18 de maio de 2003.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao doutor Neri Fabre, presidente da Sociedade Rural de Maringá, à Avenida Colombo, 2186, CEP 87045-000, Maringá-PR.

Sala das Sessões, em 14.05.2003.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 920

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje de voto de congratulações à Academia Paranaense de Medicina, pela posse dos novos acadêmicos honorários paranaenses de Medicina, a ser realizada no dia 23 de maio de 2003, no Auditório da Associação Médica do Paraná.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos homenageados: doutor Antônio Osny Preuss, doutor Moysés Goldstein Paciornik, doutora Zilda Arns Neumann, à Rua Cândido Xavier, 575 - Água Verde, CEP 80.240-280, Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 14.05.2003.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 924

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam consignados, na Ata dos trabalhos da sessão Plenária de hoje, votos de congratulações pela passagem do aniversário do município de Santa Helena, em 26 de maio deste.

O município de Santa Helena comemora sua emancipação política, social e econômica. Ao longo desses anos, vem se desenvolvendo de forma gradativa, levando-se em consideração o crescimento econômico da região.

As perspectivas de desenvolvimento são as melhores possíveis no decorrer dos anos, quer na área social, como na econômica.

Os representantes oficiais da cidade vêm se empenhando bastante para que ocupe uma posição de destaque e prestígio perante os demais da região.

Na qualidade de representante nesta Casa de Leis, quero parabenizar o povo de Santa Helena por mais este aniversário, e na oportunidade reafirmar o meu propósito de continuar empreendendo todos os esforços no sentido de sua grandeza e de seu progresso.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa de Leis, seja dado ciência ao prefeito municipal, Exmo.

Sr. Silon Schmidt, ao presidente da Câmara Municipal Exmo. Sr. vereador Luiz Carlos Camargo, assim como ao vice-prefeito, vereadores e aos demais funcionários da Prefeitura e da Câmara Municipal, ambas localizadas na Rua Paraguai, nº 1401 - Santa Helena - PR - CEP 85892-000.

Sala das Sessões, em 14.05.2003.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 936

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de parabenização à Fundação Brasileira de Estudos Espíritas, pelo aniversário de 50 anos.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário, seja enviado expediente à Fundação da Sociedade de Estudos Espíritas - Rua 29 de junho - Tinguí - CEP 82620-020 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 14.05.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 913

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de louvor aos agentes comunitários de Saúde de todos os municípios do Paraná, pelo transcurso da data alusiva à categoria, a ser comemorada em 17 de maio corrente.

Sala das Sessões, em 14.05.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

A longa história do trabalho dos agentes comunitários de Saúde em todo o Brasil vem ganhando nos últimos anos destaque ainda maior. Participando das equipes de Saúde da Família ou de outras estratégias de Saúde Pública como, por exemplo, o controle ao mosquito transmissor da dengue, esses profissionais têm adquirido visibilidade crescente, pela importância do trabalho que realizam.

São eles que percorrem cada rua de cada bairro das cidades, bem como a zona rural de todos os municípios de nosso Paraná. Lançam seu olhar atento e vigilante sobre os problemas de saúde, casa a casa, não só identificando situações que inspiram cuidado mas, sobretudo, repassando informações e exercendo a solidariedade junto às pessoas e famílias.

Com frequência oriundos da própria comunidade onde atuam, mantêm com ela laços e relações de confiança que dificilmente seriam possíveis de outra forma. Assim, cumprem o papel de braços avançados do Sistema Único de Saúde, aproximando o mesmo de seus usuários, para que as providências que precisam ser tomadas, principalmente no terreno da prevenção, aconteçam no momento certo.

Pelo papel fundamental que cumprem na preservação da saúde das comunidades, principalmente as mais pobres, o trabalho dos agentes comunitários de Saúde merece nosso respeito, reconhecimento e louvor.

Parabéns a todos esses bravos trabalhadores da saúde, pelo seu dia.

REQUERIMENTO Nº 942

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, seja encaminhado ao Exmo. senhor secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Ortêncio Pugliesi, ofício solicitando conclusões às obras de pavimentação na rodovia abaixo relacionada:

1) BR-476, trecho que liga os municípios de Adrianópolis e Tunas Paraná, num total de 50 quilômetros.

O referido pedido se justifica tendo em vista que essa rodovia é um importante elo de ligação entre a região Sudoeste e Vale do Ribeira do Estado de São Paulo com a Região Metropolitana de Curitiba, e consequentemente, com o Porto de Paranaguá.

Isso significa encurtar 130 quilômetros de ida e volta ao percorrer o destino entre as regiões, uma vez que aquela região está a 200 quilômetros de Curitiba e, no entanto, percorrem 330 quilômetros para chegar até a capital.

Vale ressaltar que se trata de uma região eminentemente agrícola e também grande produtora de minério. Para seu desenvolvimento, necessita de estradas que facilitem o acesso aos grandes centros.

Sala das Sessões, em 14.05.2003.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 932

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao senhor governador, no sentido de solicitar esclarecimentos quanto às medidas adotadas pela Secretaria de Estado da Saúde nos Portos do Paraná, com a finalidade de prevenção para a eventual suspeita de - pneumonia Asiática.

O vereador Roberto Fernandes, do município de Antonina, funcionários e arrumadores portuários, nas faixas de Antonina/Paranaguá, preocupados face o risco do contato direto que estão propensos com as tripulações advindas de diversos países, procuraram o deputado que subscreve, buscando tal pronunciamento e orientação quanto à prevenção de contaminação dessa epidemia.

No noticiário nacional nota-se que a preocupação se restringe aos aeroportos internacionais. Entretanto, não se pode esquecer que os portos são uma porta de entrada de alto risco, exigindo a adoção de um programa de orientação e prevenção eficaz.

Sala das Sessões, em 14.05.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 935

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, imediatas providências no sentido de que sejam transferidos os presos da delegacia do município de Pinhais, haja vista os incidentes ocorridos na última sexta-feira, no bairro da Vila Maria Antônia.

O presente requerimento justifica-se pela total falta de segurança dessa cadeia, que tem capacidade para 10 (dez) detentos e que atualmente abriga 60 (sessenta), deixando os moradores daquele município totalmente desprovidos de segurança.

Pelo acima exposto, e pela importância da informação, esperamos contar com o devido apoio de nossos pares nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.05.2003.

(a) CLEITON KIELSE

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 268/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o item III, do artigo 5º, da Lei nº 12020, que passará a ter a seguinte redação:

“Art. 5º - ...

III - Para aplicação em outros programas e projetos estratégicos desenvolvidos por órgãos e entidades públicas ou privadas que se enquadrem nas diretrizes definidas pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia - CCT Paraná, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), do Fundo Paraná”.

Art. 2º - Inclui item IV do artigo 5º, da Lei nº 12020, com a seguinte redação:

“Art. 5º - ...

IV - Para aplicação em programas e projetos estratégicos específicos em pesquisa agropecuária, florestal, produção de energia a partir da biomassa e recuperação das reservas permanentes (matas ciliares), desenvolvidos por órgãos ou entidades públicas ou privadas que se enquadrem nas diretrizes definidas pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia - CCT Paraná, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do Fundo Paraná.”

Art. 3º - Fica alterado o item I, do artigo 10 da Lei nº 12020, que passará a ter a seguinte redação:

“Art. 10 - ...

I - 03 (três) membros representando o Poder Executivo Estadual, sendo composto pelo secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento e

secretário de Estado do Planejamento e Coordenação geral.”

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.05.2003.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O agronegócio é a principal atividade da economia paranaense, fundamental para o processo de desenvolvimento. Gera aproximadamente 1/3 do PIB (R\$24 bilhões), irradiando seus efeitos sobre toda a economia. A indústria, o comércio e outros serviços dependem, fundamentalmente, do desempenho dos agricultores, isto é, da eficácia técnica e econômica com que geram produtos. O setor responde rápida e positivamente a estímulos.

Por outro lado, investimentos na agropecuária têm a capacidade de criar postos de trabalho a baixo custos. Um relatório do BNDES indica que a cada R\$1 milhão investidos, são criadas 182 vagas. O agronegócio emprega 30% da força de trabalho no Paraná.

O setor responde por 2/3 das exportações paranaenses. Em 2002 foram enviados a outros países US\$5,7 bilhões de produtos paranaenses, dos quais R\$3,88 bilhões originários do agronegócio. O Paraná é o 5º Estado brasileiro em exportações gerais e o 3º em produtos do agronegócio. O desempenho da produção paranaense tem sido fundamental para a geração de superávit do agronegócio que é superior a US\$20 bilhões/ano e envolve diretamente 1 milhão de pessoas produzindo riquezas avaliadas em R\$18 bilhões.

Temos, contudo, excelentes chances de expandir nossa presença no mercado internacional. Para isso é preciso que as instituições de desenvolvimento científico e tecnológico continuem cooperando para a organização e para o desenvolvimento científico de métodos e processos que garantam cadeias produtivas eficientes e eficazes. É preciso continuar introduzindo o progresso técnico nas cadeias para torná-las mais competitivas. Para isso, o crescimento do dispêndio e da diversificação das fontes de financiamento das atividades de pesquisas científica e desenvolvimento tecnológico são essenciais.

O grande objetivo é viabilizar processos tecnológicos capazes de assegurar a continuidade do desenvolvimento de um agronegócio inovador, que contribuam para o desenvolvimento sustentável do meio rural paranaense reduzindo os desequilíbrios regionais e as desigualdades sociais.

A pesquisa agrícola paranaense, no entanto, precisa ser mais apoiada, tanto a pública quanto a privada. A reconstrução de uma ampla rede de cooperação é fundamental para que o agronegócio paranaense abocanje fatias maiores do comércio mundial.

Nesse sentido, além do apoio institucional e financeiro que possa ser oferecido à pesquisa privada, centralizada essencialmente nas cooperativas, são inadiáveis, fortes investimentos na instituição pública - Iapar.

Recomposição da equipe de pesquisadores e melhorias nas estações de pesquisa e nos laboratórios são tarefas necessárias a curtíssimo prazo.

A política paranaense de ciência e tecnologia deve privilegiar as atividades científico-tecnológicas que possam atender às demandas do agronegócio. Ampliar a capacidade de inovação, inserindo os avanços do conhecimento em novos produtos e serviços será determinante para a competitividade do setor. O êxito das atividades de agronegócio depende dos investimentos que serão feitos em ciência, tecnologia e inovação. A biotecnologia, sem dúvida, terá grande projeção nas próximas décadas, principalmente no que se refere à engenharia genética e às plantas transgênicas.

Agregar valor ao invés de vender commodities deverá se a tônica. Inovar para a competitividade, diferenciar os produtos é a alternativa para a expansão do agronegócio. Essas questões são intimamente vinculadas à dimensão tecnológica.

A automação da agropecuária, com a difusão da agricultura de precisão, é um novo cenário que exigirá a instrumentação de processos de produção e o desenvolvimento de modelos, sistemas, etc, que viabilizem bons níveis de produtividade e sustentabilidade. Isso exige forte investimento em pesquisa.

O agronegócio se diversifica e incorpora, cada vez mais, inovações de produto e de processos. Os desafios são produzir mais degradando menos, a custos competitivos, gerando produtos diferenciados e atendendo os novos padrões de consumo. Isso requer a implementação de uma adequada política tecnológica voltada para o agronegócio.

Considerando o parágrafo único, do artigo 5º, da Lei nº 12020, que possibilita alterações nos percentuais de aplicação do Fundo Paraná e a participação do setor primário na arrecadação do ICMS, o que hoje tem uma baixa aplicação de recursos públicos em pesquisa agropecuária, novas alternativas de produção de energia e recuperação de reservas permanentes (mata ciliares), é que propomos o presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 269/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica estabelecida a cota de reserva de 50% (cinquenta por cento) das vagas dos cursos de graduação das universidades públicas estaduais do Paraná, a serem preenchidas por alunos que cumulativamente preencham os seguintes critérios:

§ 1º - Ter iniciado e concluído os últimos 2 (dois) anos do 1º grau e os 3 (três) anos do 2º grau em escolas públicas da rede estadual ou municipal.

§ 2º - Ter renda mensal familiar (RMF) inferior a 6 (seis) salários mínimos.

§ 3º - Obter pontuação igual ou inferior a 4 (quatro), a partir da seguinte equação: $RMF \text{ (Renda Mensal Familiar, expressa em números de salários mínimos)} / NPF \text{ (Número de Pessoas na Família)} = RMM \text{ (Renda Mensal Média)}$:

I - a RMM sofrerá acréscimo de 1 (um) ponto no caso de a família residir em casa própria e de 2 (dois) pontos para cada outro imóvel de propriedade da família, além do residencial;

II - a RMM sofrerá decréscimo de 1 (um) ponto no caso de a família residir em imóvel alugado;

III - a RMM sofrerá decréscimo de 2 (dois) pontos se o aluno ou seu responsável legal for portador de qualquer moléstia que impossibilite integralmente o desempenho de atividade laborativa.

Art. 2º - As universidades instituirão comissões que procederão a aferição do preenchimento dos critérios do artigo 1º, mediante parecer em que será computada a pontuação pessoal de cada aluno, antes do deferimento da inscrição no concurso vestibular.

Art. 3º - A comprovação de atendimento aos critérios especificados no artigo 1º será realizada através de prova documental.

§ 1º - O que não for demonstrado por prova documental poderá ser atestado por declaração de próprio punho do candidato, emitida sob as penas da lei.

§ 2º - O critério previsto no artigo 1º, parágrafo 3º, inciso III, poderá ser comprovado mediante análise procedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, na concessão de benefícios relativos à situação.

§ 3º - A constatação de falsidade da declaração ou de qualquer documento apresentado pelo candidato impedirá o acesso à instituição pelas vagas reservadas.

Art. 4º - As vagas reservadas que não forem preenchidas serão redistribuídas aos alunos que se submeterem ao processo regular de classificação para ingresso na universidade.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.05.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente projeto de lei favorecer aos alunos oriundos de escolas públicas e alijados de bens e serviços por força do baixo poder aquisitivo, o que tem servido para segregá-los do ingresso no terceiro grau estudantil.

Nosso projeto de lei propõe cotas nas universidades públicas estaduais para os alunos provenientes de escolas públicas e com renda familiar inferior a seis salários mínimos, favorecendo o ingresso em cursos universitários como medida para compensar a extrema dificuldade social de acesso ao ensino superior provocada

em face da desigual competição com alunos de escolas particulares e de famílias com maior poder aquisitivo.

Compete aos Estados legislar sobre a implementação de normas específicas do seu sistema educacional, observando as normas gerais estabelecidas em lei federal. As cotas, como critério de acesso às universidades estaduais, inserem-se na órbita da competência legislativa estadual, segundo o artigo 211, da Constituição Federal. Afinal, a competência privativa da União está lastreada na fixação de diretrizes e bases da educação nacional (artigo 22, XXIV, da CF), podendo os Estados exercer competência legislativa suplementar para atender às suas peculiaridades no terreno da educação (artigo 24, inciso IX e parágrafo 2º, da CF), o que ocorre com a fixação de cotas como critério de acesso nas universidades estaduais. Ademais, é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, “proporcionar os meios de acesso à cultura, educação e à ciência”, conforme enunciado do artigo 23, inciso V, da Constituição Federal.

De outro lado, o Estado do Paraná deve dar esse grande passo em direção à correção das desigualdades sociais a começar pelo campo da educação. Mesmo sabendo que muito ainda deve ser feito para que possamos realizar um dos primados da nossa República previsto no artigo 3º, incisos I e III, da Constituição Federal - a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais. Esse projeto poderá constituir-se numa alavanca para a ampliação do acesso ao conhecimento científico e às novas tecnologias aos que são, constantemente, expurgados desses sublimes benefícios a fim de implementarmos a construção de nossa democracia.

Falamos aqui de uma democracia social fundada numa igualdade social e econômica que passa, antes de tudo, pela democratização do acesso ao saber e ao conhecimento, a exigir um projeto sério de inclusão social de minorias. A nossa lei fundamental não é cega a este propósito. Além de determinar no artigo 5º, *caput*, que todos são iguais perante a lei, reconhece, no artigo 205, a educação como a mola mestra para o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Afinal, um Estado democrático precisa, para sobreviver, de uma sociedade igualmente democrática que proporcione chances, cada vez maiores, para que pessoas menos favorecidas economicamente possam integra-se na sociedade. Não é por outra razão que o artigo 23, inciso X, da Constituição Federal impõe como competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios “combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.”

Urge ampliar a via de acesso à rede pública de ensino superior e diminuir as históricas desigualdades sócio-econômicas que geram profunda exclusão social dos menos abastados em nossa sociedade. As cotas representam uma política de “ação afirmativa” comprometida

não com a igualdade meramente formal, e sim com a igualdade material, de fato. Ela quebra com a lógica puramente formal de que todos somos iguais quando, na realidade, não somos. É preciso reverter o processo de exclusão social que somente tem contribuído para a permanência de abismos sociais. Apostar na fórmula do “mérito acadêmico” como critério exclusivo para o ingresso nas universidades públicas implica tolerar uma política baseada numa igualdade artificial, como se todos tivessem, hipoteticamente, o mesmo acesso à moradia, alimentação, saúde, lazer, educação. A desequiparação aqui não é fortuita ou injustificada. É hora de discutirmos cotas, sim, e sobretudo lidarmos de frente com o problema da discriminação social.

Nos EUA, Burt Neuborne (“El papel de los juristas y del imperio de la ley en la sociedad americana”. Madrid: Cuadernos Civitas, 1995. p. 131-132), acentua que a ação afirmativa (*affirmative action*) funda-se no pressuposto de que somente num “mundo perfeito” a raça, o sexo ou a condição social não poderiam ser utilizados como critério de decisão ou distribuição. Mas como o nosso mundo é extremamente imperfeito, os programas de ações afirmativas visam corrigir os efeitos da discriminação sofrida no passado por vítimas identificáveis.

Todavia, acreditamos que, no Brasil, as cotas devem servir como estratégia para uma política que pretende resgatar minorias desfavorecidas e estigmatizadas pela miséria. Os gastos públicos devem privilegiar também aqueles que não têm chances de subsidiar seus estudos. Por essa razão, sustentamos que o percentual de cinquenta por cento para alunos advindos de escolas públicas e com renda familiar inferior a seis salários mínimos e cinquenta por cento para os demais conforme os critérios do vestibular divide, com razoabilidade, as vagas das universidades públicas.

O Estado e a sociedade devem engajar-se na proposta de fazer da educação ferramenta para a redução das injustiças sociais. Sabemos que é necessária ação ousada para reverter o quadro desalentador das desigualdades e que esta ação não pode ficar só no terreno das leis. Para isso, é necessário lançar mão de instrumentos arrojados que possam repor a igualdade entre os cidadãos, revertendo o processo de exclusão social a começar pela universalização do acesso ao conhecimento. Afinal, todos sabemos que quanto mais cidadãos têm acesso aos serviços públicos, e notadamente ao serviço público de educação, mais têm condições de exercer, de forma plena, a cidadania.

Ad argumentandum, para que não se diga que a presente lei prejudicará a qualidade do ensino, frise-se que o aluno beneficiado pelas cotas deverá, na faculdade, atender a todas as normas do ensino superior e obter, como os demais, as notas necessárias para a comprovação de sua aptidão profissional.

O presente projeto de lei visa tão somente favorecer o ingresso nas universidades públicas dos mesmos

favorecidos sócio-economicamente e que, após formados, poderão dispor de aprimoramento técnico adequado para o devido exercício profissional e fazer frente à concorrência imposta pelo mercado.

As cotas serão implementadas como técnica seletiva ao lado do vestibular, visando promover medida compensatória voltada a uma verdadeira igualdade: a social. É preciso romper com o legado de exclusão sócio-econômica que compromete os direitos fundamentais e a democracia. As cotas, como política de ação afirmativa, são urgentes e necessárias para a inclusão de grupos socialmente vulneráveis que convivem mais intensamente com o desemprego, ocupam os postos de trabalho mais precários e de menor renda. É através da universalização do acesso ao conhecimento que poderemos cumprir uma das metas da educação, insculpida no artigo 214, inciso V, da nossa Constituição Federal: a promoção humanística, científica e tecnológica do país.

Pelo exposto, conto com os ilustres Pares para a aprovação deste projeto de lei que institui a cota de reserva de 50% (cinquenta por cento) das vagas nas universidades públicas estaduais para alunos egressos de escolas públicas segundo critérios que determina.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Finda a leitura do Expediente.

A SRA. CIDA BORGHETTI (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu gostaria de registrar a presença do vice-reitor da nossa Universidade Estadual de Maringá, professor Ângelo Priori, juntamente com o professor José Roberto e mais comitiva que participaram, inclusive, da audiência pública sobre a Educação nesta Casa, hoje pela manhã.

Aliás, quero registrar aqui, professor Ângelo, que a sua madrinha está aqui ao meu lado. O professor Ângelo é afilhado de casamento da deputada Elza Correia. E também gostaria de aproveitar a oportunidade e convidar o nosso presidente, os nobres colegas deputados e deputadas para participarem da nossa Expoingá, que é uma feira agroindustrial em Maringá bastante prestigiada e que hoje faz parte do calendário de eventos, não só do Paraná, mas também do Brasil. Maringá, comemorou no dia 10 último cinquenta e seis anos, e é um orgulho para nós poder representar Maringá nesta Casa de Leis.

Muito obrigada!

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu gostaria de registrar a presença de dois vereadores de São Miguel do Iguaçu, Daniel e Francisco Motta, que estão, com muito prazer, conosco aqui na Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

A pedido do Padre Paulo, também registramos a visita do vereador Ângelo Tarantini Filho, da cidade de Uraí.

Aos nossos visitantes, as nossas boas-vindas, e a Casa é de todos os paranaenses.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente, aproveito também para registrar a presença aqui do nosso vereador de Itaguajé, Valdir Antunes, também presidente da Mast, juntamente com seus companheiros. E me somo ao nosso companheiro Tarantini, da minha terra natal.

Seja bem-vindo Tarantini.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não tendo oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente, passamos para o Horário das Lideranças:

PDT. Com a palavra o deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Na verdade me pede o deputado Anibelli que seja até bastante breve neste pronunciamento, tendo em vista que temos alguns assuntos para tratar aqui na Casa além da nossa Sessão normal, mas, enfim...

Vi aqui a deputada Cida Borghetti anunciando a presença do vice-reitor da Universidade Estadual de Maringá e nós também gostaríamos de agradecer a sua presença, desejar aqui as boas-vindas à nossa Casa.

Quero apenas comentar, senhor presidente, depois dessa conversa toda, dessa confusão do cancelamento do curso de Medicina em Ponta Grossa e pode ter certeza absoluta que nenhum governador gostaria de tomar uma decisão como esta. Certamente a argumentação que tem o governador com relação a esta questão, que leva a ter uma atitude como esta, embora antipática, porém, com certeza absoluta, extremamente racional do ponto de vista da administração pública do Estado.

Chamou-me a atenção que na data de ontem o deputado Barbosa Neto, o deputado Ratinho Júnior, enfim, vários senhores deputados pregavam aqui aquilo que muita gente já fala no Paraná que é uma injustiça que existe no nosso Estado com relação ao ensino público e gratuito, a nível de terceiro grau.

A maioria dos cursos superiores que temos no Paraná são bancados pelas Universidades estaduais.

Então, teve-se a proposta aqui, ontem, deputado Dobrandino, de federalizar, de buscar com nossas forças a federalização da Universidade Estadual de Londrina para que pudéssemos ter, quem sabe, a possibilidade de ajudar, desta forma, as nossas Universidades estaduais.

Eu abro o jornal hoje e olho lá uma declaração do vice-reitor da Universidade Estadual de Londrina; fiquei surpreso, achei estranho, achei completamente desconexa aquela atitude, digamos assim, para não falar a declaração, porque a declaração eu achei completamente desprezível, partindo de um vice-reitor da nossa universidade

aliás, da nossa querida Universidade Estadual de Londrina, que nos dá, junto com a Universidade Estadual de Maringá e as nossas outras universidades estaduais, a possibilidade de termos o ensino público e gratuito de qualidade, a nível de terceiro grau.

Diz ele, deputado Dobrandino, que é contra a federalização. Mas, olhe, esta é uma demonstração, na minha opinião, de uma declaração inoportuna, infeliz. Com certeza absoluta, eu não conheço pessoalmente e quero aqui pedir perdão pela ausência mas se estivesse ele presente, como está V. Exa. aqui, de Maringá, da nossa Universidade de Maringá, eu faria da mesma forma. Não pode, todos nós sabemos que há um gargalo na administração pública estadual que são as universidades estaduais. Não há um momento que nós discutimos aqui Orçamento do Estado, que não vimos aqui todas as universidades estaduais pedindo maior aporte de recursos para que seus campus universitários possam ter uma melhoria.

Agora, no momento em que nós poderemos, quem sabe, ao federalizar a Universidade de Londrina, desafogar esse gasto que tem o Estado e aplicar melhor na de Maringá, na de Ponta Grossa. Quem sabe, não precisaria suspender o curso de Medicina.

A declaração do vice-reitor me deixou perplexo. Eu imagino e não quero fazer uma injustiça, que tenha sido um engano, um equívoco e quero que isso tenha acontecido. Se foi uma posição, acho que ele teria que prevê-la, porque estamos em um momento em que há uma reforma tributária, da Presidência, em discutir no Congresso Nacional.

Deputado Barbosa, temos que unir as nossas forças para federalizar a Universidade de Londrina, porque nós poderemos melhorar o ensino público gratuito de 2º grau nas nossas universidades.

Concedo um aparte do deputado André Vargas.

O Sr. André Vargas

Tenho acompanhado com atenção e coloquei para o deputado Barbosa, que tem posição divergente da sua posição e concordo com a reitora Lígia Pupato.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Não foi a reitora, foi o vice-reitor. A não ser que o vice-reitor tenha falado pela vontade da reitora.

O Sr. André Vargas

De Londrina. Falei com a reitora, pessoalmente, hoje. Ela me ligou ontem e hoje novamente, exatamente porque acho que temos que resolver os nossos problemas aqui. O problema do Paraná vai ser resolvido aqui de alguma forma, achando uma equação orçamentária. Tem limites, como V. Exa. bem coloca e acho razoável.

O governador tomou uma medida e discordo da forma da medida. Poderia haver um diálogo, mas foi tomada a medida que era possível. Acho que temos que trazer uma universidade federal para o Paraná e não federalizar o que existe.

A posição que eu tenho, no âmbito do orçamento do Estado e é a posição da reitora, é que a equação dos problemas do Paraná na área de educação pública e de ensino superior tem que ser acordada em nível nacional, mas tem que ter a contrapartida em nível estadual.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero informar aos senhores parlamentares, que depois dessa Sessão teremos outra Sessão, conforme requerimento que está, aqui, à Mesa, antecipando a Sessão do dia de amanhã, para o dia de hoje.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Vou conceder um aparte ao deputado Barbosa Neto, mesmo de forma breve e logo após vou concluir.

O Sr. Barbosa Neto

Apenas a título de esclarecimento, a reitora Lígia Pupato, que é do PT, alega que estando a universidade no Estado ela teria mais condições de reivindicar. Alega também que a União tem mais de 35 universidades federais, que tem que também tomar conta. E acha que a federação não teria condições de também dar a devida atenção que merece a Universidade Estadual de Londrina.

Fizemos a proposta ontem, porque entendemos que essa é uma antiga reivindicação da própria Universidade Estadual de Londrina. Estranha-me essa colocação da reitora, que é do PT, o partido do presidente Lula. Se tivesse que federalizar mais uma universidade no Estado do Paraná, entendemos que pela antiguidade, importância e posição estratégica de uma região pólo de mais de dois milhões e meio de habitantes, seria Londrina, uma parte interessada.

Tentamos ajudar. Hoje, está o deputado Ratinho Júnior em audiência com o ministro José Dirceu, que é uma pessoa ocupada, levando essa reivindicação.

Acho estranho também e me faço corroborar com suas palavras, deputado Augustinho Zucchi.

Era esse o esclarecimento: a reitora e o vice-reitor estão contrários à federalização.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Vou encerrar o meu pronunciamento apenas dizendo o seguinte: se o Dr. Flávio Suplicy de Lacerda pensasse assim, nós não tínhamos nem a Universidade Federal do Paraná, aqui.

É ótimo que Londrina não queira, vamos federalizar lá em Pato Branco; ao invés de fazer a universidade tecnológica em Pato Branco, vamos federalizar outros cursos no campus da Universidade Federal do Cefet de Pato Branco e vamos fazer lá a Universidade Federal.

Agora, não é possível Estados terem 5 universidades federais, 6, como é o caso de Minas Gerais, 7, 8! O Paraná tem uma, quando se levanta para ter duas, as lideranças começam a dizer que não querem!

Desculpe, mas não é o meu entendimento!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Concedo a palavra ao deputado Geraldo Cartário, no horário do PSL.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

O assunto de ontem e praticamente desta semana, é com respeito ao protesto do curso de Medicina, em Ponta Grossa. Eu gostaria de também deixar meu protesto aqui, nesta Casa, não contra atitude do governador Roberto Requião, mas deixar o meu protesto porque, desde que cheguei a esta Casa, em 1990, apresentei um projeto para que a região metropolitana a grande Curitiba, fosse contemplada com recursos do dinheiro público para o 3º grau. A discriminação é tão grande, eu e os deputados da região metropolitana aqui de Curitiba temos sim que protestar, continuamente, porque municípios como São José dos Pinhais, Campo Largo, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Almirante Tamandaré, Fazenda Rio Grande, a Lapa, inclusive, todos os municípios, senhor presidente, estão sendo discriminados por todos aqueles que governaram o nosso Estado do Paraná. Todos!

Não vamos aqui criticar qual dos governadores, porque desde 1990 estamos levantando esta bandeira! O deputado Nestor Baptista também levantava, o deputado Rafael Greca também se pronunciou várias vezes a favor do 3º grau na região metropolitana de Curitiba, o deputado Luiz Carlos Martins, Accorsi, deputado Algaci Tulio, todos nós aqui de Curitiba.

Concedo o aparte ao deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca

Podíamos fazer uma Escola Superior de Polícia, no Guatupê.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Uma das sugestões.

O deputado Alexandre Curi, que está chegando aqui, enfim todos nós, deputados aqui da região metropolitana.

Nós, quando sentimos que Ponta Grossa se levanta, a cidade está de luto e se levanta a favor de um curso de Medicina, aí olho para meus companheiros deputados, Luciano Ducci, também aqui de Curitiba, e nos temos que realmente aprender com esta gente valorosa, deputados do interior que chegam aqui e quando se tira um curso apenas, há uma revolução constante! Aqui também os deputados Carlos Simões, Kielse, deputado Stica, enfim a maioria quase desta Casa, e nós vamos nos aco-ardando perante esta realidade.

Senhor presidente, senhores deputados, o que o governador Roberto Requião está fazendo, tem que ser feito e precisa ser feito! O governo anterior, no apagar das luzes, criou diversos cursos. Isso sabemos e fomos favoráveis, votamos favoravelmente, só que agora esta-

mos sentindo que tem que haver uma reflexão por parte das autoridades. Por exemplo, Colombo tem mais de 200.000 habitantes, minha gente, e onde está o recurso? Onde o governo está gastando, um centavo sequer nesses municípios do Paraná? Ou seja, qual o dinheiro que hoje o governo está aplicando no 3º grau em Curitiba e na Região Metropolitana, Araucária, Fazenda Rio Grande, Mandirituba?

Se perguntarem, por exemplo, ao povo de Londrina, se tem tantas facilidades na UEL, vocês vão ter uma surpresa, deputado Barbosa Neto, a maior parte dos alunos que freqüentam a Faculdade de Presidente Prudente, sai precisamente de Maringá, de Londrina e da Região Norte do Paraná, vão de ônibus, enfrentam o desafio, porque as Universidades do Paraná, Londrina, Maringá e Ponta Grossa, a maior parte delas tem estudantes de outros Estados.

Então, temos que confiar no governo, e vou fazer um apelo ao deputado Vanhoni, Líder do Governo, e ao deputado Anibelli, Líder do Partido do Governador, para acabar com esses cursos no interior que iniciam com 50 alunos e estão hoje com 10 alunos, custando a peso de ouro. Precisamos que haja uma reflexão e que o governador faça uma triagem em todas as faculdades do Paraná. E cursos que estão com 5, 10 alunos que sejam, sim, todos eles, cancelados. E que esse dinheiro público seja aplicado na nossa região, nos municípios que não têm um centavo sequer do recurso público.

Senhor presidente, em todos os municípios do interior onde tem mais de 50 mil habitantes, tem uma faculdade paga pelo governo. E, aqui municípios com 200, 300 mil habitantes, não tem um centavo do governo do Estado do ICMS.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Quero registrar a presença dos vereadores do municípios de São Miguel do Iguaçu, o vereador Miguel e o vereador Francisco Machado Motta.

Bem-vindos a esta Casa.

Próximo orador com a palavra no Horário da Liderança do PT, o senhor André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, companheiros e comunidade em geral.

Na prática, a argumentação que se faz, é que nós vivemos, sem dúvida nenhuma, uma crise. Uma crise sem precedentes, no relacionamento com as nossas universidades por parte do governo anterior. Exatamente pela falta de diálogo, pela falta de priorização, exatamente pela falta de compromissos com a educação pública e de qualidade e também com o desenvolvimento de um política paranaense sintonizada com a política nacional de ciência e tecnologia. Mas não podemos, a partir de uma crise focalizada em Ponta Grossa, justificar um debate enviesado em relação à federalização das nos-

nas Universidades ou de uma delas. Quando a nossa reitora se posicionou de forma contrária, é porque há um processo em conjunto com o secretário de Ciência e Tecnologia do ensino superior, Aldair, no sentido de equacionar os problemas graves das nossas universidades estaduais, escolhendo e optando pelo diálogo e a democracia. Já se avança na questão da criação dos cargos, demanda antiga, na questão da infra-estrutura dos cursos e na própria discussão salarial.

Mas nós, da Assembléia, temos o poder e o dever de participarmos desse debate, com consequência. Mas não é no primeiro obstáculo, na primeira dificuldade, que vamos transferir responsabilidades nossas do Estado para a União. Podem surgir circunstâncias que estrapalam a questão do ensino superior. Vários deputados e o deputado Ângelo Vanhoni capitaneou esse debate na crise das universidades no governo passado.

Há nesta Casa deputados dedicados à equação da superação dessa crise. Por isso a proposta - a contradição se estabelece, é que nós acompanhemos aquilo que o governo do Estado está fazendo para equacionar a crise em conjunto com conselho de reitores. Histórico! Histórico, porque nós não tínhamos esse debate.

No governo anterior, deputado Dobrandino, não tínhamos nenhum fórum que debatesse a questão do ensino superior, como de resto não tínhamos um fórum para debater as políticas públicas do Estado. E agora que a sintonia se estabelece, que um governo se inicia, tentando equacionar mesmo, muitas vezes, com medidas amargas, duras, mas equacionar numa visão de conjunto, nós, deputados, independente de Oposição ou Situação, se PT, se PFL ou PSDB, colaboramos na superação ao longo desse mandato, de uma crise que é histórica.

Não sou contra universidades federais, não estou preservando o Lula, que é do meu partido, mas os problemas do Estado do Paraná em conjunto com o governo federal, vamos superá-los e eu não tenho dúvidas disso.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, quero fazer um pedido a V. Exa. O que acontece aqui dentro deste Plenário, é de responsabilidade da Presidência, só que o som desta Casa simplesmente tem piorado muito nos últimos tempos. O deputado André Vargas está fazendo um esforço monumental e ninguém consegue entender o que ele fala. Assim também o deputado Cartário fez um discurso ali, e ninguém consegue entender. O deputado Augustinho Zucchi também: se esforçou, arrebentou suas cordas vocais, e poucas pessoas entenderam o que ele falou.

Por isso, senhor presidente, é preciso que o nosso sistema de som melhore, é preciso que V. Exa. determine aos nossos técnicos de som, que desçam aqui no plenário para ouvir os discursos, para melhorar o som e se precisar, vamos fazer um orçamento. Os deputados não têm retorno nas tribunas, o som está enrolado, de forma que é preciso que V. Exa. determine ao sistema de som, aos nossos técnicos de som, que tragam técnicos aqui para

fazer um amplo estudo para melhorar o som desta Casa, porque senão vamos ficar todos os deputados, sem voz, sem cordas vocais, de tanto gritar para ninguém ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

V. Exa. tem razão e a Mesa recebe a informação de que já há um pedido para a reforma do som deste plenário.

Devolvo a palavra ao orador que ocupa a tribuna, por mais dois minutos.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Agradeço, deputado Nereu Moura.

Falar dos microfones aí é muito mais fácil do que falar desta tribuna. Além da informatização, nós certamente haveremos de ter um sistema de som mais eficiente.

Para concluir, senhor presidente, deputado Nereu Moura.

Dizia portanto, que nós precisamos debater a questão do ensino superior e toda vez que formos debater, com consequência, com consequência! Não se trata apenas da transferência de responsabilidade. Precisamos, sintonizados com a vocação do Estado, com o desenvolvimento econômico, estarmos pensando nisso integrados à questão do ensino superior, da ciência e da tecnologia. Desenvolvimento, que passa, também pelo ensino fundamental, não tenho dúvida.

Por isso que discutir a educação, ou discutir a educação em nível superior, pelo viés provocado por uma crise ocorrida em Ponta Grossa, me parece absolutamente equivocado. Não é esse o caminho; vamos debater com mais maturidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Gostaríamos de registrar as presenças do vereador de Curitiba, Nilton Brandão, também da senhora Nitis Jacon, que hoje é diretora do Teatro Guaíra e, ao saudá-la, parabenizamos pelo sucesso do Festival Internacional de Londrina.

Seja bem-vinda a esta Casa.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem)

Quero também saudar, além da superintendente do Teatro Guaíra, a presença na Casa dos integrantes da Orquestra Sinfônica e do Balé Guaíra, porque o nosso teatro não tem só uma diretora, mas é feito dos seus artistas, que vêm a esta Casa buscar a tempo, e à hora, a justa remuneração.

Viva os artistas do Paraná!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Esta Mesa agradece, até porque só tinha visto a diretora Nitis Jacon; agora vemos membros do Teatro Guaíra. Ficamos muito felizes com a presença das ilustres visitas.

Concedo a palavra no horário destinado ao PMDB, à deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA

Senhor presidente, senhores deputados. Saúdo aos nossos visitantes, companheiros professores de Maringá, acompanhados pelo vice-reitor Ângelo, senhora Nitis Jacon, que está aqui, profissionais da arte que nos visitam também.

Gostaria de deixar consignado nesta Casa, a minha fala em relação à federalização das universidades. Penso que, em se tratando do assunto Educação, nenhum tema deve ser descartado; o debate deve ser importante. Devemos estar atentos a essa questão, mas no sentido de não estancar a discussão da federalização, é importante que a gente resgate algumas coisas. Hoje o deputado Tadeu Veneri chamou, em audiência pública, vários professores do Estado do Paraná, de vários municípios, com a presença do Ministério Público, Tribunal de Contas, APP, Dieese, vários deputados desta Casa, para discutir a situação crítica em que vivem os profissionais da educação no Estado do Paraná.

Chamo a atenção de que a situação em que foi colocada a educação, a saúde, vários outros temas, não foram gerados, evidentemente em cem dias, cento e vinte dias, ou neste governo. São heranças que ao longo do tempo, por descaso absoluto, inversão de prioridades, se constituíram nesse Estado. Agora é hora de não esquecer o passado, mas construir um presente que nos garanta um futuro melhor.

Esse é o entendimento que temos que ter quando discutimos vários temas, inclusive a questão da educação.

Penso que pela federalização, não se resolve o problema, mas não podemos dizer que jamais vamos discutir esse tema. Penso que as universidades federais no País igualmente estão sucateadas, em sua grande maioria, igualmente sofrem vários problemas de laboratórios que não funcionam, estruturas que inexistem, salários baixos, desrespeito à autonomia das universidades.

Então, não é apenas federalizando que vamos resolver o problema. Há que se pensar, prestar atenção na situação das universidades federais, que também sofrem as consequências de atitudes irresponsáveis, inconsequentes do governo que nos antecedeu.

Falei isso ao deputado Barbosa Neto, que nenhum tema relativo à questão da educação deve ser desprezado. Tem que ser. Por que não abrir esse debate? Abrindo esse debate, poderemos aprofundar a discussão.

Não tenho preocupação nenhuma com essa questão. Agora, há que se fazer realmente uma sintonia, sincronia, parceria com os Conselhos, com os reitores, vice-reitores, com as organizações dos trabalhadores da área da Educação para discutirmos esse tema.

Hoje a Universidade Estadual de Londrina não deve ser diferente da UEM. Estamos vivendo uma situação dramática. Não saímos ainda da situação de precariedade que nos levou à mais longa greve da história deste

País. Seis meses, os professores das universidades, trabalhadores da educação, estiveram em recente greve, que o país todo tomou conhecimento, foi tema de discussão nacional, pela situação de angústia, desrespeito das universidades.

Penso que este assunto, certamente, em algum momento vai ser colocado, pelo sim ou pelo não, para ser ou não, aceito. Portanto, não devemos achar que não vamos falar em federalização. Entretanto, neste momento, minha maior preocupação é que o Estado do Paraná, o governo do qual somos signatários do seu programa, tenha reais condições, e está trabalhando nesta direção, para que as universidades deste Estado saiam desta situação de penúria em que estão vivendo.

No HU, por exemplo, de Londrina, existe um laboratório que foi feito a um custo altíssimo, equipamentos de última geração, que estão lá guardados por absoluta impossibilidade de contratação de profissional, pessoas que possam trabalhar com aqueles equipamentos e naquele laboratório.

Então, a situação não é assim tão simples. Mas, tenho certeza absoluta que o governo constituído, esta Assembléia, as organizações de classe, os sindicatos, a APP e a categoria, juntos, haveremos de encontrar uma situação de respeito e condições dignas de funcionamento. Não só para as universidades, mas para a educação, de um modo geral.

Esta é a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

No horário destinado ao PFL, concedemos a palavra ao deputado Rafael Greca de Macedo.

O SR. RAFAEL GRECA

Senhor presidente e senhores deputados.

É com alegria que recebemos integrantes do Balé do Teatro Guaíra e da Orquestra Sinfônica do Paraná, acompanhados da superintendente da Fundação Teatro Guaíra, que vêm a esta Casa, neste ano histórico, dos 150 anos de emancipação política do Paraná, pedir a criação dos cargos que vão materializar definitivamente a criação de dois corpos culturais estáveis para o nosso Estado, qual seja, um balé e uma orquestra estáveis para o Paraná.

Até hoje, balé e orquestra funcionaram como que de favor, por contratos de prestação de serviço, não permitindo a correta remuneração dos artistas e nem a materialização de uma carreira profissional.

Ouvi murmuração entre alguns deputados, e me dizia isto o líder de um dos partidos que apóia o governo, o deputado Antônio Anibelli, que está também preocupado que os cargos fossem bem votados e aprovados, de que parecia cargos demais para o Teatro, para a Fundação do Teatro.

Não se tratam de sinecuras. Tratam-se de cargos justos, para pessoas que trabalham, fazendo com seus próprios instrumentos de trabalho - às vezes com seus

violinos, seus violoncelos, suas clarinetas - são instrumentos importados, comprados com suor, com sacrifício, a manutenção da arte entre nossa gente e nossa terra.

Se o Paraná amadureceu há 150 anos, é uma unidade federativa, primeiro do Império e depois da República brasileira, enfim, da nação brasileira, já não é sem tempo que possa ter duas expressões da sua alma: um balé e uma orquestra. E que o balé possa vencer o limite do Rio Passaúna e sair do município da capital e ir, não só além do limite do Passaúna, mas também da Serra do Mar, ao berço do Paraná, a nossa Paranaguá e ao litoral, ir também aos palcos de Ponta Grossa, de Maringá, de Londrina, Guarapuava, Cascavel, Foz do Iguaçu, desde a nossa querida Curitiba até as barrancas do grande rio que dá o nome ao nosso abençoado Estado.

O Paraná por seu nome quer dizer: Água Grande, e merece significar grande destino.

Contam que, quando quiseram dar nome à província que estava sendo criada, D. Pedro II olhou os barões do império que lhe propunham: Província de Curitiba ou Província de Guarapuava ou Província dos Campos Gerais. Com seus belos olhos azuis de Bourbon e de Abisburgo, vislumbrando o semblante dos senhores da terra lhe disse: “não quero nada disso. Quero que se chame Paraná. Quero que tenha o nome do grande rio, do rio onde o sol se põe para que, do mar até a barranca de basalto, a terra se ocupe e o grande destino seja servido”.

Com música e com dança, com alegria e com pujança, mas também com músicos e bailarinos alimentados com dignidade para que a arte possa ser servida com força e se celebrem os 150 anos do Paraná. Viva o Paraná!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Horário destinado ao PSDB, PTB.

(**Declinam**)

No horário do PSB, com a palavra o deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Utilizo hoje o espaço da liderança do meu partido, até mesmo porque o meu pronunciamento era para ter sido feito na data de ontem. Devido termos que elaborar o requerimento aprovado por esta Casa, solicitando a federalização de uma das universidades estaduais, não pude fazer esse pronunciamento.

Na verdade, é um apelo que faço aos deputados para que, neste final de semana, principalmente os deputados que vêm do interior, aquele material que foi disposto pela Comissão Parlamentar da Reforma Tributária, que seja disponibilizado, principalmente às pessoas que têm interesse como: associações comerciais, entidades de classe, universitários, universidades. Temos percebido que o interesse da comunidade paranaense é muito grande.

Estivemos, eu e o deputado José Maria Ferreira, na Associação dos Municípios, segunda-feira, onde já ficou celebrado que a proposta da reforma tributária, que será sugerida pelos municípios do Paraná, seja feita em conjunto com esta Assembléia.

Hoje pela manhã, eu, o deputado José Maria Ferreira e o deputado Durval Amaral estivemos numa visita ao Dr. Francisco Cunha Pereira - presidente do Movimento Pró-Paraná e também celebramos, que essa entidade que tão bem representa a sociedade civil e os interesses paranistas, também estará fazendo parte de uma proposta que será elaborada nesta Casa de Leis. Uma proposta uniforme, defendendo os interesses do Estado do Paraná nesta reforma que vai mexer no maior tributo dos Estados, que é o ICMS. O que se fala em reforma tributária, mas a maior alteração é em cima do ICMS. Na verdade, deveria ser tratada como reforma do ICMS.

Hoje, quando vocês voltarem para seus gabinetes, terão disponível a proposta de emenda à Constituição na íntegra, bem como a mensagem do Poder Executivo nacional, dizendo dos motivos que ele propôs, artigo por artigo. Então, o apelo eu faço aos senhores deputados é que levem esse debate para a sociedade paranaense, porque a celeridade com que está sendo conduzido esse processo demonstra que a reforma irá acontecer e nós não podemos ficar à mercê desse processo, haja vista que mesmo na Comissão de Constituição e Justiça, que teriam um prazo de até quarenta dias para esse processo ser analisado, o Parecer estará sendo entregue inicialmente no dia 21 pelo relator que é aqui do Paraná, deputado Osmar Serrado, o PMDB.

Para finalizar, gostaria de dizer que nós, da Comissão, após termos entrado num entendimento com a presidência desta Casa, fizemos um requerimento que será apreciado pelos senhores logo mais, pedindo que no dia 26 a Sessão seja transformada em Sessão Especial para tratar da reforma tributária, porque aí sim nós estaremos entrando, e essa questão será feita em conjunto da Associação dos Municípios do Paraná. Estaremos aqui com a presença de alguns prefeitos; logicamente, não virão todos, mas um grande número estará presente e também o movimento Pró-Paraná estará participando.

Eu já peço que V. Exa., dentro de suas prerrogativas, tentem trazer, acolham lá nos seus domicílios eleitorais, nas suas bases, sugestões para fazermos com que no dia 26, logicamente, que não todo interesse do povo paranaense porque isso seria sonhar demais, mas que pelo menos esta Casa espelhe os anseios da população do Estado do Paraná no que se refere à Reforma Tributária.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a V. Exa. mais um minuto para concluir seu pronunciamento.

O SR. RENI PEREIRA

Muito obrigado!

Então, que tragam as sugestões de suas bases para debatermos na semana seguinte e na próxima semana, no dia 26, quando dessa Sessão Especial elaborarmos um grande documento que, realmente, signifique o que o Estado do Paraná, as causas que o Estado do Paraná quer ver contempladas nessa Reforma Tributária.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Horário das Lideranças, consulto a Liderança do Governo se fará uso do seu tempo.

Com a palavra, o deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero manifestar a minha homenagem, não apenas por ser superintendente, por hoje estar assumindo essa função de superintendente do Teatro Guaíra, mas uma das pessoas que representa a cultura e a história cultural do nosso Estado do Paraná pelo trabalho que desenvolveu ao longo de sua vida na cidade de Londrina, organizando, se dedicando com atividade que é o teatro, que é a arte, que é a cultura porque sabe que a arte e a cultura são capazes de mudar a vida das pessoas e deixar a vida de todos nós mais bela.

Sejam bem-vindos também os músicos e os bailarinos, o pessoal da dança, aqui na nossa Assembléia.

Acho que o nosso Paraná, se é verdade que aqui na capital do Estado nós temos uma tradição e temos alguns eventos na área de cultura, alguns patrocinados pela Universidade Federal, como o Festival de Inverno, na cidade de Antonina e alguns festivais, como de música, em homenagem ao Saul Trompete, o Festival Saul Trompete e o Festival de Teatro que acontece anualmente aqui na nossa cidade, em Londrina nós temos também uma atividade que é orgulho não só para nós paranaenses, mas é orgulho para todos os brasileiros, que é o Festival Internacional de Teatro naquela cidade.

É boa essa discussão que trazemos hoje desses dois projetos que estão na pauta a serem discutidos aqui na Assembléia Legislativa, porque o Estado do Paraná precisa dar uma guinada em relação à política cultural.

Eu descobri, agora, recentemente, no final do ano passado, porque começamos a discutir as questões do Estado e tive uma surpresa, uma já era uma certeza: que as verbas destinadas à cultura no nosso Estado, de todos os Estados do país devemos perder para os Estados do nordeste, do ponto de vista de verbas para o orçamento na área da cultura.

Sem sombra de dúvida, em relação a Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Pernambuco e o Estado do Ceará, o Paraná percentualmente, no seu orçamento, e olha, é um dos quatro mais ricos da Nação, os recursos que canalizamos para a cultura deixam muito a desejar e demonstram o quanto que nós do Paraná entendemos a cultura como

importante no processo de formação, civilização, construção de um homem novo, de uma mulher nova.

Um dia desses estava conversando com a professora Rosana, e teve uma manifestação do pessoal da dança, porque vamos hoje aqui também aprovar e discutir uma demanda em relação às acadêmicas de dança, a dança no Estado do Paraná e no Brasil, ela corretamente disse o seguinte: “A dança não é uma atividade física. Não é aprender apenas fazer a distensão da perna ou do braço. A dança é expressão. Eu me comunico com a dança. Eu transmito idéias, transmito conceito, transmito emoções, me comunico, faço com que o ser humano atinja um grau de civilização na sua comunicação através da arte que acho que só a experiência religiosa é que pode rivalizar com essa experiência, que é fluir a arte e a cultura, que os homens têm essa possibilidade e essa dimensão”.

Assim, vale não só para dança. Assim vale para a pintura, assim vale muito mais para a música, muito mais para os acordes de violino que fazem a grandeza da humanidade quando escutamos a Nona Sinfonia, de Bethoven, ou outra obra-prima, ou qualquer obra cultural e artística na área da música.

Então, senhores deputados, no Paraná mais do que nunca é necessário que apoiemos todas as medidas e iniciativas para se investir em cultura. Hoje, nós estamos discutindo um projeto de criação de alguns cargos na estrutura do Teatro Guaíra do Estado do Paraná.

Pasmem os senhores. Se a secretária Vera Mussi quiser contratar um agente cultural para estar à disposição e poder realizar a política de cultura do Estado do Paraná na 3ª maior cidade do País, que é Londrina, na estrutura organizacional da Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, nós não temos um cargo para poder nomear um agente cultural na cidade de Londrina em nome do Estado.

O que quero dizer com isso?

Que a Secretaria de Cultura do Estado do Paraná está prisioneira. Está ainda única e exclusivamente na capital do Estado e próximo talvez na região metropolitana. Nem isso. Toda a sua estrutura organizacional está centrada aqui, na cidade de Curitiba.

A Assembléia Legislativa, num determinado momento, vai ter que repensar estrutura organizacional dessa secretaria. Se é que entendemos que temos que ter uma política cultural para todo o Paraná. Se há manifestação de cultura na região do Noroeste, na região dos Campos Gerais, na região do Sudoeste, em Beltrão, naquelas regiões onde a cultura é gaúcha, enfim toda uma vivência, o entrelaçamento dos homens estão criando momentos de cultura, e se o Estado pretende construir alguma interrelação entre essas obras entre as diversas regiões.

Então, vamos ter que repensar. Hoje, vamos começar uma correção de um problema existente, infelizmente herdado por essa situação, por essa cultura, por essa má cultura existente na organização aqui do nosso Estado.

O Teatro Guaíra tem um corpo fixo que é o corpo de baile, do seu balé e a Orquestra Sinfônica. Parte do corpo do balé, ao longo desses últimos oito anos, não teve uma situação definida, num vínculo empregatício com o Estado, definido em relação ao teatro Guaíra.

O que o governo passado pretendeu fazer ou fez?

O Corpo de Baile, uma parte dele e também da Orquestra Sinfônica, foram contratados através de uma organização não-governamental. Isto é, foi criada uma OCIP e este OCIP é que foi contratada pelo Estado e remunerava tanto o Corpo de Baile, quanto da Orquestra Sinfônica.

Ora! Esses contratos venceram ao longo dos anos e foram sendo renovados! Eles venceram agora, recentemente, e nós temos um novo governo. O que eu diria para os senhores deputados e para os bailarinos e também aos músicos presentes?

O governo do Estado do Paraná está diante de duas possibilidades: ou produzir um concurso público para que o Corpo de Baile se mantenha por um tempo, seja fixo e se estabeleça como uma política prioritária do Teatro Guaíra, assim também para a Orquestra Sinfônica; ou construir uma organização não-governamental que possa realmente fazer o desenvolvimento dessas duas atividades patrocinadas pelo Estado.

Veja! Em tese, nós não vamos questionar a organização não-governamental. Há uma discussão existente no setor que do ponto de vista público algumas orquestras têm nível de excelência no nosso País. E há experiências fora do Brasil em que orquestras e até corpo de baile funcionam como organizações não-governamentais, criando obras de cultura importantes para a sociedade. O governo não tem uma definição sobre isso, mas precisa ter uma solução emergencial. Qual é a solução emergencial?

A contratação, em cargos comissionados, por que essa é uma atribuição do governo do Estado, do Poder Executivo; serão contratados por cargos comissionados os membros do Corpo de Baile e os membros também da Orquestra Sinfônica do Estado do Paraná, para que a possibilidade de que uma política cultural, para esses dois setores, seja estabelecida com essa insegurança existente no Corpo de Baile e na Orquestra Sinfônica do nosso Estado.

Então o governador, atendendo a nossa superintendente, a Nitis Jacon, corretamente mandou para cá esta mensagem. Criaremos mais alguns cargos de estrutura de 1-C e de 8-C no Teatro Guaíra. Para quê?

Para que a política cultural do Estado, esses que serão agentes culturais, possam fazer aquilo que queremos realizar no Estado do Paraná, ou pelo menos dar o primeiro passo, que é a paralização e uma relação do Estado do Paraná, sobretudo cultural, com os países que integram o Mercosul. Para isso precisamos adequar uma estrutura mínima para que o Teatro Guaíra e a Secretaria de Cultura, tenham condições de, pelo menos, iniciar uma política cultural no interior do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Concedo a V. Exa. mais um minuto. Quero informá-lo que V. Exa. já usou dez minutos.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Sei que V. Exa. foi muito complacente, porque compreende que não se trata apenas da criação de um cargo por uma estrutura administrativa, mas é valorizar um setor na sociedade paranaense, que é a cultura, que há muitos anos não é valorizada como deveria. E os artistas, o pessoal do Corpo de Baile do Teatro Guaíra e os da Orquestra Sinfônica não pensem que o governo pensa em regularizar a situação existente. O governo pensa em valorizar o trabalho de vocês, porque há muitos anos não está sendo valorizado. E por isso é fundamental para que uma política cultural decente e digna pelo Estado do Paraná seja realizada.

Peço a compreensão dos deputados e o apoio para que este projeto do governo seja aprovado aqui. Não é interesse da superintendente Nitis Jacon que está em jogo e nem do governador do Estado, é da cultura do Estado do Paraná, do fomento e do estímulo para que o nosso Estado possa ser orgulho de nós paranaenses e o resto do Brasil do ponto de vista cultural.

Muito obrigado, e agradeço sua complacência e sua benevolência com o tempo cedido.

O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Como não foi possível me conceder um aparte, gostaríamos que fôssemos na fala do Líder do Governo para poder deixar a minha palavra registrada, até por uma questão de justiça, mas o faço neste momento ao parabenizar o deputado Ângelo Vanhoni pela dedicação que tem com a cultura, e deixar claro que os patrocínios da cultura no Estado do Paraná têm, sem sombra de dúvidas, como maior patrocinador a Petrobrás S/A.

Não posso deixar de registrar, porque a Petrobrás ajudou no Festival de Cultura de Curitiba, no Festival de Teatro de Curitiba, ajudou no Festival de Teatro de Londrina, já tem comprometido o Festival de Inverno de Antonina. O Festival de Trompetes só saiu graças ao apoio da Petrobrás. E agora recebemos a informação da Petrobrás que o Festival de Cinema de Curitiba só vai sair graças ao patrocínio da Petrobrás.

Portanto, quero agradecer a essa empresa e a sua direção, pela maneira correta e ética com que leva o apoio à cultura, principalmente no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Indicações Legislativas nºs 17 a 19/2003, do deputado Hermes Fonseca, constantes do expediente, sugerindo que realize trabalho parlamentar que impeça a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional nº 043/2000. **À Comissão Executiva.**

Indicação nº 20/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, constante do expediente, sugerindo gratificações aos funcionários do Instituto Médico Legal. **À Comissão de Segurança Pública.**

Indicação nº 21/2003, de autoria do deputado Reni Pereira, constante do expediente, sugerindo a remissão de créditos tributários relativos ao IPVA cujos valores atualizados sejam iguais ou inferiores e duzentos reais. **À Comissão de Finanças.**

Indicação nº 22/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, constante do expediente, sugerindo a criação da Secretaria de Estado da Juventude. **À Comissão de Educação Cultura e Esportes e a Comissão de Finanças.**

Indicação nº 23/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, constante do expediente, sugerindo a isenção ou redução do pagamento de taxas estaduais, relativas à emissão e/ou renovação da carteira nacional de habilitação às pessoas portadoras de deficiência. **À Comissão de Finanças.**

Indicação nº 24/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, sugerindo a regulamentação da Lei nº 13.561, que concedeu auxílio-transporte aos integrantes das Polícias Civil e Militar, da ativa e inativa. **À Comissão de Segurança Pública.**

Indicação nº 25/2003, de autoria do deputado Reni Pereira, constante do expediente, sugerindo a redução nas multas do ICMS. **À Comissão de Finanças.**

Projeto de lei de autoria do deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 760/2002, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça, que incorpora a gratificação por assiduidade ao vencimento básico do quadro de servidores efetivos do ministério público. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 114/2003, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, que denomina Rodovia Manoel Palma Cano, a estrada que liga o muni-

cípio de Alvorada do Sul ao município de Primeiro de Maio. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 130/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao desembargador Oto Luiz Sponholz. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 210/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 006/2003 que objetiva criar cargos de provimento em comissão, com lotação no Centro Cultural Teatro Guaíra, conforme específica. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. (Publ. no DA nº 021/2003, de 22.04.2003 - Mens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 210/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade criar cargos de provimento em comissão, com lotação no Centro Cultural Teatro Guaíra, conforme específica.

Trata-se de projeto de lei que visa reconhecer uma injustiça por parte do Poder Público quanto ao repasse financeiro para a manutenção da Orquestra Sinfônica do Paraná bem como ao Balé Teatro Guaíra, que tanto engrandecem nosso Estado.

A matéria em epígrafe é de competência do Exmo. Sr. governador Roberto Requião, conforme preceitua o artigo 66, inciso I, da Carta Magna Estadual.

Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração.

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 06.05.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
ANTONIO ANIBELLI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 210/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, objetiva criar cargos de provimento em comissão, com lotação no Centro Cultural Teatro Guaíra.

Fundamentação

Na mensagem enviada à Assembléia Legislativa, o senhor governador justifica que a proposta consulta aos superiores interesses da Administração Estadual, atendendo urgentes necessidades do Centro Cultural Teatro Guaíra, no sentido de implementar e manter em plenas atividades a Orquestra Sinfônica do Paraná e Balé Teatro Guaíra.

Conclusão

Sendo assim, acompanhando o parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão de Finanças opina pela aprovação do presente plano de lei, apresentando parecer favorável ao mesmo.

Sala das Comissões, em 12.05.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTE
PROJETO DE LEI Nº 210/2003

P A R E C E R :

Para análise desta Comissão, o Projeto de Lei nº 210/2003, de autoria do governador do Estado, tem por finalidade criar cargos de provimento em comissão, com lotação no Centro Cultural Teatro Guaíra, conforme especifica.

A Comissão de Constituição e Justiça analisou os aspectos legais e constitucionais, manifestando-se pela tramitação regimental da proposição, uma vez que se encontram presentes os requisitos legais e formais.

O projeto propõe a criação de 39 (trinta e nove) cargos com a denominação de Assessor Artístico, símbolo DAS-5; 27 (vinte e sete), cargos com a denominação Assistente Artístico, símbolo 1-C; e 15 (quinze) cargos, com denominação de Auxiliar Artístico, símbolo 8-C.

A natureza da atividade artística desenvolvida no Centro Cultural Teatro Guaíra dificulta a realização de concurso público para preenchimento de um quadro próprio dos artistas. Esses profissionais não ficam necessariamente vinculados de forma permanente a um centro cultural, apenas. É comum a transitoriedade desses profissionais em um espaço cultural, pois quando convidados a desenvolver suas atividades em outras cidades, e até outros países, em razão da natureza de sua atividade, deslocam-se para os locais onde novos espaços foram abertos.

A criação de um quadro permanente implicaria a realização de freqüentes concursos públicos e adoção de todas as medidas aplicáveis aos servidores públicos do quadro próprio.

A flexibilização do vínculo em relação aos profissionais da área em tela, nesse momento, é o melhor para os trabalhadores das artes e para a Administração Pública.

A proposta visa assegurar o repasse financeiro para a manutenção da Orquestra Sinfônica do Paraná bem como ao Balé Teatro Guaíra.

Com a criação dos mencionados cargos de livre provimento e exoneração, soluciona-se uma situação emergencial.

Uma vez aprovado esse projeto e solucionadas as dificuldades imediatas, o debate deve continuar. A classe artística e cultural, a Secretaria de Estado da Cultura e os deputados estaduais devem iniciar um debate para encontrar uma fórmula que assegure a flexibilidade do vínculo, mas que também assegure todos os direitos trabalhistas desses profissionais. Outras formas de contratação são possíveis, assim como a criação de novas estruturas jurídicas e administrativas.

Em face do exposto o parecer é pela tramitação regimental da proposição podendo os deputados discutir o mérito em plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.05.2003.

(a) TADEU VENERI - Presidente e Relator

Em votação.

O SR. ELIO RUSCH (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhora e senhores deputados; nossa diretoria do Teatro Guaíra, aqui, a quem eu tive o prazer de conhecer na última campanha, percorremos com a senhora a região Oeste do estado pedindo votos, mas infelizmente não conseguimos nos eleger, mas tem as próximas vezes; todo o nosso Corpo de Balé e da Orquestra Sinfônica do Teatro Guaíra.

Dizer ao senhor presidente e aos senhores deputados que nós reconhecemos amplamente o trabalho que o Teatro Guaíra presta em favor da cultura do nosso Estado e por que não dizer do Brasil, conhecido nacional e internacionalmente. Nós que por inúmeras vezes já tivemos o prazer e a oportunidade de assistir a algumas apresentações, tanto do corpo de baile, o balé, como também da orquestra sinfônica, jamais poderíamos ir contra esse projeto de iniciativa do Poder Executivo, só que gostaríamos de saber alguns esclarecimentos por parte do governo e que não sejamos interpretados erroneamente dizendo que o deputado Elio Rusch ou algum deputado, principalmente da Oposição, entendo e acredito que nenhum deputado vai se opor contra um projeto de interesse cultural, mas temos que lembrar alguns fatos, não com o Teatro Guaíra, mas, sim, com o Governo do Estado.

Em 1995, 1996, quando aprovamos aqui na Assembléia Legislativa alguns cargos em comissão, tanto para a Casa Civil, para diversos órgãos do Governo do Estado, para diversas secretarias, nós fomos questionados como integrantes da Bancada do Governo passado, principalmente pelos integrantes que dão sustentação ao governo hoje, PMDB, que está aqui o líder, Antônio Anibelli, o deputado Ângelo Vanhoni, hoje, líder do Governo, dos inúmeros cargos que foram criados. E nós recebemos hoje uma mensagem que solicita a criação, parece que oitenta cargos para o Teatro Guaíra, que entendemos que é a melhor forma também de você remunerar os artistas que prestam serviço, tanto para o cargo

de baile como para a orquestra sinfônica, difícil é você fazer um concurso público e escolher os melhores que possam prestar serviço.

Então, cargo em comissão é a melhor forma também de você remunerar os artistas que prestam o serviço, tanto para o corpo de baile, como para orquestra sinfônica. Difícil você fazer um concurso público e escolher os melhores que possam prestar o serviço.

Então, cargo em comissão é a melhor forma. O que nós questionamos neste momento, senhor presidente, senhores deputados, onde é que ficaram todos os cargos criados pelo governo passado? Normal, quando vem mensagem para a Assembléia Legislativa quando se criam novos cargos, se extinguem os outros cargos ou se usa os cargos que já estão no governo que possam ser colocados à disposição de outras secretarias ou de outros órgãos.

Por isso, votamos hoje a favor da constitucionalidade; jamais votaremos contra o Teatro Guaíra, contra os cargos, mas acho que a Casa merece alguns esclarecimentos. Eu vou ler, não vou mandar, não é nem um requerimento, apenas um pedido de esclarecimento que encaminho para o líder do governo, deputado Ângelo Vanhoni, eu posso ler na íntegra, para que fique registrado nos Anais da Assembléia Legislativa e desta Sessão.

(Lê:)

“Solicitação de esclarecimentos ao líder do Governo, a propósito da Mensagem nº 006/2003, Projeto de Lei nº 210/2003, reconhecendo os méritos da equipe de artistas que integram a Orquestra Sinfônica e do Corpo de Baile do Teatro Guaíra, que, por sua excelência, vêm se destacando no cenário nacional e internacional das artes, solicitar ao líder do Governo, deputado Ângelo Vanhoni, primeiro: sob qual regime jurídico o servidor do Teatro Guaíra presta um serviço junto à Orquestra Sinfônica o ao Corpo de Baile e aos serviços administrativos do Teatro?”

Em parte parece que já foi respondido pelo deputado Ângelo Vanhoni e pelo deputado Rafael Greca, que é um profundo conhecedor da arte cultural de Curitiba e do Estado do Paraná, mas alguns esclarecimentos poderiam ser dados.

“Segundo: os valores hoje percebidos sofrerão alguma alteração em face da proposta contida na Mensagem Governamental nº 006/03? Terceiro: como serão distribuídos os cargos propostos entre o Corpo de Balé e a Orquestra Sinfônica? E quais os critérios que serão adotados para distribuição de tais cargos, competência técnica, antiguidade, merecimento, outros?”

Porque, uma vez que estamos criando, conforme a mensagem governamental, cargo DAS-5, 39 cargos e que cada cargo DAS-5 tem uma remuneração de 2.529 reais; 27 cargos com a denominação do símbolo 1-C, que a remuneração é 1.197 e quinze cargos com símbolo de 8-C e esse tem uma remuneração de 1.089 reais e uns centavos.

Então, nós gostaríamos de saber como é que são distribuídos esses cargos e para quem serão atribuídos esses cargos. Se nós formos informados, eu entrego para o nosso líder, deputado Ângelo Vanhoni, esse pedido de esclarecimento, que a Casa possa ser informada quando votarmos o mérito desse projeto.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu solicito à Mesa da Casa o registro da presença nas galerias de honra da prefeitura, Jurai Iracelis Fonseca, juntamente com o vereador Taranini.

Muito obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, eu recebo os questionamentos do deputado Elio Rusch e acho que são bastante pertinentes e esses esclarecimentos dizem respeito, porque nós vamos votar agora em primeira discussão e daqui a pouco vamos votar em segunda discussão e o senhor trata do mérito desse projeto.

Preciso explicar ao senhor que a Orquestra Sinfônica se apresentou agora recentemente no Teatro Guaíra. O Teatro Guaíra teve que fazer uma contratação em cachê para complementação do Corpo da Orquestra Sinfônica, exatamente porque o vínculo existente entre o CIP, a organização não governamental não foi renovado no final do ano, na passagem deste governo.

Então, os membros que serão agraciados por esses cargos em comissão, são os que já existem, são os que tocam, são aqueles que já estão trabalhando nesses últimos oito, dez anos, na Orquestra Sinfônica do Estado do Paraná. A mesma coisa para o Corpo de Balé.

Em relação aos cargos que foram criados na legislação passada, em 95 e 96, não sei lhe dizer para onde eles foram endereçados, para a estrutura administrativa do Estado, porque, concretamente, nem a Orquestra Sinfônica e nem o Corpo de Baile ocuparam tais cargos! Eles estavam sendo contratados através de uma organização não-governamental! O que o Estado está querendo fazer agora, é corrigir.

Na estrutura administrativa do Teatro Guaíra, a superintendente Nitys Jacon, não dispõe de 3-C, de 4-C, para poder fazer qualquer política cultural no interior do Estado.

Esclarecendo V. Exa. no que diz respeito para onde serão esses cargos, vou dizer: Balé, trinta e cinco cargos, 27 1-C, denominação, o valor é o que está na estrutura administrativa do Estado e não poderá ser mudado, a não ser que a gente acredite que o bailarino que estiver com esse 1-C ou que for agraciado com 1-C, divida esse cargo que é proibido por lei, V. Exa. sabe disso. Oito cargos de DAS-5 para o Corpo de Balé. Dá um total de trinta e cinco cargos, para que o Corpo de Balé continue funcionando, tal qual como funcionou nesses últimos 8 anos.

Orquestra Sinfônica, trinta cargos, todos DAS-5, com esse valor que V. Exa. acabou de denominar, dois

mil e poucos reais. Como serão destinados esses valores? Para quem for nomeado no DAS-5. Não acredito que um flautista ou um violinista vá dividir um DAS-5, será integralmente para um cargo. Para quem são esses cargos? Para contratação nova? Não. São para a constituição do Corpo da Orquestra Sinfônica tal qual existia. O que é que tem a mais além do que existia? Apenas dezesseis cargos: quinze - 8-C e um DAS.

Qual é a solicitação do Teatro Guaíra? Que com esses quinze 8-C e um DAS, o Teatro Guaíra e a Secretaria da Cultura possam fazer uma política cultural no interior do estado. Lá na sua região, que é de colonização alemã, Marechal Cândido Rondon, Palotina, que tem uma expressão cultural importante, para que seja agregada na cultura de todos nós paranaenses, para que o folclore da sua região, da sua cidade, a Nitys Jacon disponibilize, se for o caso, se for esse o entendimento, um agente cultural naquela região, para poder fazer alguma política cultural no interior do Estado do Paraná.

Espero que com essas informações, o senhor tenha satisfeito as suas interrogações a respeito do projeto que está tramitando.

Espero que os deputados aprovem em 1ª e em 2ª discussão, para que a gente possa ter minimamente condições de fazer uma política cultural no nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Para encaminhar, concedo a palavra ao deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, senhoras e senhores, membros do Teatro Guaíra, a quem a Assembléia Legislativa por certo recebe com o mesmo carinho, que todos esses artistas recebem da população do Paraná, e também da forma brilhante que esses artistas representam tão bem o nosso Teatro Guaíra.

Acho que a medida do governo tem o nosso apoio, mas é aliativa. Acho que se deveria, no orçamento do Estado, aumentar a verba para a Secretaria da Cultura, para que ela tenha condições de dar estabilidade e a remuneração condizente, para aqueles que prestam serviços na área da arte. Os cargos em comissão são bem-vindos para o Teatro Guaíra, mas darão aos componentes uma estabilidade relativa; havendo uma discordância da direção, poderá o músico ou o artista ser exonerado no dia seguinte.

A nossa avaliação é que a Assembléia Legislativa poderia nesse orçamento para o ano que vem, aumentar a rubrica orçamentária para a Secretaria da Cultura, para que possa ter condições de remunerar à altura esses nossos queridos artistas, que tão bem nos representam.

Por um lado, estamos criando mais cargos em comissão. Quero adiantar, vou votar a favor. Por outro lado, é de se perguntar se na estrutura do governo não tem absolutamente número de cargos em comissão

sobrando? É de se perguntar: como estão preenchidos esses cargos em comissão?

Todas essas inquietações, evidentemente não se referem ao justo leito do Teatro Guaíra, mas é preciso que o governo saiba que, aqui no Poder Legislativo, os deputados estão atentos em relação ao que ele pretende fazer. Esse é o caminho mais fácil: criar cargo em comissão, nomear quem é bom amigo e, no dia seguinte, se o violino desafinar, demite.

Então, essas indagações ficam para que o conjunto da Casa e os presentes possam analisar com profundidade o que falamos, mas estamos plenamente a favor, porque a proposta que o governo nos apresenta é a que atende, de forma paliativa, os interesses da categoria.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (Para Encaminhar)

Em Ponta Grossa está tudo preto, senhor presidente, inclusive nosso peito. Juntamente com o deputado Plauto Miró, trajamos luto hoje e esse luto é um voto de insatisfação com o povo de Ponta Grossa com a atitude de S. Exa. o governador Roberto Requião, que, no nosso ponto de vista, de forma precipitada, fechou o curso de Medicina, em Ponta Grossa. Eu queria fazer este registro.

Ao mesmo tempo quero entender as coisas. Vejo, por exemplo hoje, senhores deputados, o governador fechando uma universidade em Ponta Grossa, fechando um curso de Medicina por alegar que não tem dotação orçamentária e porque não tem dinheiro para bancar exatamente os professores e os custos de um curso universitário, na nossa cidade.

Vejo o governador fazer pronunciamento no rádio, na televisão, dizer que o reitor da nossa universidade não procurou o governo para fazer o lado contrário, mostrar o lado de Ponta Grossa. Para surpresa minha, vemos aqui hoje o governo anunciando que tem dinheiro para cultura, que é justo, que tem dinheiro para contratar cerca de 80 cargos em comissão. Isso vai custar ao Estado, num levantamento não exato, mas num cálculo de 150 a 180 mil reais por mês, com os encargos, com os descontos de 150, quem sabe até 200 mil reais.

Aí eu pergunto ao governo: dinheiro para a medicina não tem?

Dinheiro para os professores e para um curso que vai cuidar dos pobres, dos humildes, dos que serão médicos daqui a seis anos, não tem dinheiro? Mas tem dinheiro, senhor presidente, senhores deputados, para contratar cargos em comissão?

E acompanhava aqui atentamente o pronunciamento do deputado Elio Rusch, que perguntava onde estão os cargos criados por esta Assembléia no governo anterior, que eram para premiar os bons profissionais do Teatro Guaíra? E aí a resposta do líder do Governo, é rápida e certa: não sabemos onde estão os cargos; os cargos não foram utilizados pelo Teatro Guaíra.

Então tem uma coisa a ser feita, o governador Roberto Requião, um homem dinâmico, que cancela con-

tratos, que manda parar os absurdos do Paraná, suspende contratos milionários, porque não suspende esses cargos criados pela Assembléia, lá atrás?

É muito fácil, senhores deputados, não vamos aumentar as despesas do Estado. Vamos cancelar os cargos criados por esta Assembléia lá atrás. É muito fácil, se descobre onde estão os cargos e se tira os apadrinhados que têm. Não vou citar nomes. Revoga-se esses cargos e se dá ao Teatro Guaíra todo o corpo de balé, a orquestra, se dá esses cargos que foram criados no outro governo” ou tem dois pesos e duas medidas?

Lerner fez coisas erradas. Está na média, 5 CPI's - cargos milionários. Foram cortados pelo governo, que está economizando. Então porque não cortar esses cargos também?

Gostaria de deixar esta sugestão, senhor presidente e senhores deputados, de que o governo, com a mesma rapidez tipo um serelepe, que é um bicho rápido, que ele faça o mesmo em relação aos cargos do governo; cancele aqueles cargos que foram criados e dê a essa valorosa equipe do Teatro Guaíra aqueles cargos. Quem está com esses cargos? Será que ninguém sabe com quem estão esses cargos?

E aí sim, deputado Anibelli, a gente vai poder sonhar com a volta do curso de Medicina em Ponta Grossa, porque aí esses 150 mil, 140 mil, seja quanto for, servirá para bancar o curso, que hoje acabou com o sonho de Ponta Grossa. Quero dizer ao pessoal da Fundação Teatro Guaíra que independentemente se o governo vai ter a coragem de mandar embora aqueles cargos que estão lá, vou votar favorável, por que sei o que representa o Teatro Guaíra, desde que saia de Curitiba, e vá a Ponta Grossa, vá a Londrina, vá ao interior, vá levar cultura para o povo, porque precisamos receber esses competentes homens da cultura do Paraná, no interior.

Queria deixar a satisfação de votar a tristeza de não ter dinheiro para a nossa universidade. A tristeza de ver pessoas morrendo. E esse é o sétimo dia que a UTI não é instalada e que tira a vida das pessoas em Ponta Grossa.

Aí vejo aquele secretário da Saúde dizer que não tem dinheiro para a UTI, não tem dinheiro para salvar as vidas, porque não tem teto no Estado, que tem que colocar no orçamento do ano seguinte....

Com todo respeito, dinheiro para saúde está difícil. Dinheiro para a nossa universidade está difícil! Agora, quando o governo quer, quando o governo tem interesse, aparece do dia para a noite, e se consegue fazer aquilo que o governo quer! Esse é o meu registro e dizer que eu espero que o governo cancele aqueles cargos que foram criados lá atrás e que demita os que estiverem lá, que não sejam da Cultura, que se dê o cargo à cultura e que se valorize a cultura no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, o deputado Ângelo Vanhoni foi absolutamente claro em relação a esta discussão. Toda-

via, o deputado Jocelito Canto não deve ter entendido corretamente as explicações.

Ora, o governador Requião não está gastando 1 real a mais no Teatro Guaíra, ele não achou esse dinheiro em pedra. O que ele está fazendo, senhor presidente, é acabar com a maracutaia da terceirização, porque os funcionários do Teatro Guaíra que já prestavam serviços para a Banda, para o Balé, eram terceirizados.

Quer dizer, o governo acabou com a terceirização e agora está criando os cargos para contratar as pessoas com o mesmo valor, mas de forma diferente. Não existe mágica nisto! Não existe nenhuma atitude que seja de tirar dinheiro da Saúde ou da Educação para aplicar no Teatro Guaíra! O deputado Vanhoni explicou, ficou claro: que o governador Requião, enquanto não faz concurso público para que os funcionários do Teatro Guaíra sejam contratados através de concurso, para que não feche a Banda, para que não feche o Balé, para que não feche o Coral, está criando esses cargos para regularizar a situação dos funcionários, somente isso! Nada mais do que isso!

Agora, uma coisa é uma coisa: outra coisa é outra coisa. Seria muito fácil para o governador Requião, extremamente fácil, se ele fosse um político irresponsável, demagogo, que tivesse coragem de manter o curso de Medicina em Ponta Grossa político de naípe, da coragem e do tirocínio como o governador Requião, para tomar uma atitude como esta, um político que olha lá longe, que tem, sim, responsabilidade, que governa com coragem e que tem desgaste político mas olha para o Paraná, olha com firmeza para o Paraná e não governa com demagogia, não governa com irresponsabilidade. É isso que o governador Requião faz, ao tentar resolver o problema que foi criado por um governo irresponsável, apoiado por muitos políticos que hoje criticam o governador Requião, ao resolver o problema do curso de Medicina de Ponta Grossa.

Então, senhor presidente, sei que o governador Requião, um homem político, um homem sensível como ele é, seria uma maravilha chegar em Ponta Grossa ou em Guarapuava, ou em Cascavel, ou em Toledo onde não permitiu que abrisse o curso de Psicologia, chegar e dizer: toque em frente! Sim, é ótimo fazer cortesia com chapéu alheio, principalmente se o chapéu for do povo do Paraná. Um povo que, às vezes, aplaude os gestos demagógicos e irresponsáveis de governantes, que não medem as consequências dos seus atos.

Com o governador Requião é diferente: paga, sim, o preço do desgaste político, mas não tem medo de tomar atitudes. Pensa como um estadista, com responsabilidade de aplicar o dinheiro público em favor da população. É assim que o Paraná está sendo governado: com responsabilidade, com decência, sem fazer demagogia, sem enganar ninguém, mesmo que as atitudes custem desgaste político, porque o governador Requião não está em campanha, não é candidato, ele foi eleito para governar o Paraná e é isso o que ele está fazendo.

Por isso, senhor presidente, vamos colocar o pingô em cima dos iis. Não está se gastando um “pila” a mais do que o governo passado gastava com o teatro Guaíra; apenas está mudando a fórmula de pagamento. Antes era terceirizado, e está aí cancelando a maracutaia da terceirização. Milhões de reais dos recursos públicos jogados no bolso daqueles poucos que tinham acesso ao poder.

Agora estamos criando os cargos para regularizar emergencialmente esse problema, mas logo será aberto concurso público para resolver definitivamente a questão, e ponto final, senhor presidente!

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Só queria responder ao deputado Nereu Moura e deixar bem claro aqui, que Roberto Requião é um excelente governador; ninguém falou o contrário. Acredito muito no governador Roberto Requião. Acho que ele comete alguns erros, como cometeu esse com Ponta Grossa; V. Exa. tem uma idéia, tenho outra. Queria ver se o governador cancelasse o curso de Medicina de Cascavel. Queria ver o que V. Exa. iria dizer, porque aí a coisa iria ficar preta!

Quero dizer a V. Exa. que acredito no governador Roberto Requião. Tanto é que estou votando favorável aos cargos. Só gostaria que aqueles cargos criados no governo anterior, fossem mostrados com transparência à população, onde estão, quem está empregado. E aqueles cargos que nós vamos criar, novos, agora, aqueles fossem extintos para que o Estado tivesse mais condições financeiras de atender mais prioridades do Estado do Paraná.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados.

Gostaria inicialmente de saudar a Sra. Nitis Jacon, nossa companheira e amiga. Saudando-a estou saudando a todos os artistas, todos os companheiros aqui presentes.

Dizer que a Bancada da Oposição, em hipótese nenhuma se coloca contrário a esse projeto. Nós damos apoio incondicional. Até porque entendemos que é um direito do governo do Estado deliberar sobre a forma de pagamento. O governo anterior tinha uma política de terceirização; o governo atual foi eleito com uma proposta de fazer a reforma administrativa, de promover o enxugamento da máquina. Aliás, a diminuição de Secretarias do Estado, a diminuição dos cargos comissionados, isso é uma constante, não só - na campanha política, mas nos últimos anos aqui na Assembléia Legislativa e nós obviamente entendemos que essa proposta foi consagrada nas urnas. A população do Paraná esperava e espera ainda. Não perdeu a esperança.

É por isso quando ontem me manifestei, falando das alegrias e tristezas, mas sobretudo das constatações, é mais uma que faço. Aliás não sou eu que faço, a sociedade paranaense está fazendo.

O governo foi ao longo de muitos anos criticado, acusado da criação de cargos comissionados. Nós apoia-

mos incondicionalmente os artistas do Paraná, a criação desses cargos comissionados. Causa-nos espanto e surpresa a razão da mensagem de governo do deputado Elio, simplesmente ignorar o cancelamento de cargos comissionados em outras secretarias e outros órgãos. Que aliás, era uma prática do governo, aliás, não só do anterior, de todos os outros governos. Quando cria cargos, você diminui outros. Você cria novos cargos e você cancela outros, para não onerar ainda mais o Estado. Não é essa a prática que nós estamos vendo. A constatação que estamos vendo aqui na Assembléia Legislativa, é que o governo a cada dia cria mais cargos comissionados, mais cargos solucionados, cada dia cria mais secretarias especiais, e não se extingue.

Olha! Então fica só o registro, apoio incondicionalmente, mas nós queremos fazer o contraponto, até onde o discurso para ganhar a eleição, vai ser derrotado pela prática do governo, ou seja, o discurso foi muito forte, mas a prática e a expectativa que tem a sociedade paranaense de enxugamento da máquina, de compromisso da campanha eleitoral, de compromisso das promessas, infelizmente não é uma constatação do deputado Durval. É uma constatação que a sociedade fez.

Então, tem isto: nosso apoio incondicional. Vamos votar favoravelmente, mas aguardamos que, dentro em breve, muito breve mesmo, o governo comece a enxugar sua máquina, comece a fazer a reforma administrativa, demitir funcionários em cargos comissionados, acabar com o excesso de cargos comissionados que tanto a Oposição afirmava que existia no Estado do Paraná.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria de informar ao Plenário e a esta Casa, e registrar a presença do embaixador da República de Cuba, Jorge Lescano Peres, que se encontra na tribuna de honra.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nossas boas-vindas ao embaixador de Cuba, que nos visita, nos dá a honra de sua presença.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Senhor presidente, nós indagamos antes, na nossa primeira intervenção, ao líder do Governo, em relação a algumas dúvidas que existiam em relação à Mensagem Governamental. E o deputado Ângelo Vanhoni, como líder do Governo, prestou algumas informações a esta Casa, principalmente em relação aonde iriam os cargos que estávamos criando.

Gostaria de repetir, e que ficasse registrado nos Anais da Casa, para que amanhã ou depois não venha o Teatro Guaíra ser tomado de surpresa, de repente, de tirar os cargos que foram atribuídos. Geralmente, quando os cargos são atribuídos, atribui-se a um determinado órgão,

a este ou àquele, dentro da própria instituição para os quais foram criados.

Dos 39 cargos DAS-5, me corrija o deputado Ângelo Vanhoni, se eu estiver errado, para que fique registrado nos Anais e para que o Teatro Guaíra leve consigo, também; 30 cargos seriam destinados para a Orquestra Sinfônica, 8 cargos para o Corpo de Balé e um cargo para o setor administrativo, que fecharia os 39 cargos DAS-5.

Vinte e sete cargos com a denominação de símbolo 1-C, os 27 cargos atribuídos para o Corpo de Balé. Quinze cargos 8-C, seriam atribuídos para a área administrativa.

Fica registrado, e esperamos que o Teatro Guaíra possa continuar brilhando, da forma como sempre fez, e uma questão que nós levantamos com o líder do Governo, em relação aos valores pagos pelo governo anterior e pelos novos valores atribuídos, se haveria uma diferença a mais ou a menos para os artistas do Teatro Guaíra, fomos informados que não havia; praticamente ficaria a mesma situação.

Agradeço ao líder do Governo. Faço apenas este registro e dizer ao deputado Nereu Moura, se não houve aumento nem diminuição aos recursos atribuídos ao Teatro Guaíra, independe se foi terceirizada uma empresa, porque os cargos em comissão você atribui a retirada, à hora que você quiser. E a questão da terceirização, você contrata uma empresa através de um contrato, e faz através de uma licitação, uma concorrência pública. Cargo em comissão, você atribui. Você admite e demite à hora que você quiser. É o cargo em comissão. E o governo passado contratou uma empresa e o contrato venceu no final do ano. É lógico, se o governo passado tivesse renovado este contrato, o Requião tinha cancelado. Cancela todos os contratos. Então, ele não renovou. Deixou exatamente para que este governo de agora pudesse encontrar uma forma melhor. E esta é uma forma que nós achamos correta. Nós atribuímos.

Em hipótese alguma condenamos esta posição, porque apenas pedimos esclarecimentos, que foram prestados pelo líder do Governo.

Então, fico grato ao líder do Governo, e mais uma vez rendo minhas homenagens, como deputado e como integrante da Bancada da Oposição, e dizer que somos Oposição, mas não aquela Oposição raivosa, radical, daqueles que “quanto pior, melhor”.

Queremos que o nosso Paraná tenha uma boa administração. Se assim for, o paranaense vai bem. Se o paranaense vai bem, nós também vamos bem, porque somos paranaenses.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Projeto de Lei nº 210/2003.

Aprovado, por unanimidade.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 227/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que altera a Lei nº 14.035/2003, que disciplina o funcionamento de clubes, academias, escolas de iniciação desportiva e outros estabelecimentos que ministrem atividades físicas desportivas, recreativas e de lazer e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. COM EMENDA DA CECE. **Aprovado por unanimidade. (Publ. no DA nº 022/2003, de 23/04/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 227/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei Complementar nº 227/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, tem por escopo alterar a Lei nº 14.035/2003, que disciplina o funcionamento de clubes, academias, escolas de iniciação desportiva e outros estabelecimentos que ministrem atividades físicas desportivas, recreativas e de lazer e dá outras providências.

A justificativa que dá ensejo à conversão em lei do projeto ora sopesado, alude que o Conselho Federal de Educação Física - Confed - vem através de seus Conselhos Regionais - CREF's - promovendo atividades de fiscalização que transpõem suas esferas de competência.

Segundo a Lei nº 14.035/2003, ora acometida, ficam sujeitos ao Conselho Regional de Educação Física da 9ª Região, aqueles esclarecimentos designados em seu artigo 1º, que ministram atividades físicas, desportivas e de lazer. Diante da situação em tela, esses órgãos vinham fiscalizando e autuando os profissionais e estabelecimentos que fomentam a atividade de dança, alegando ser esta uma “atividade física, sujeita então à fiscalização.

Ocorre que, segundo a justificativa do projeto de lei, nesta seara comentado, a atividade de dança é erroneamente qualificada como atividade física, devendo ser considerada como uma atividade artística, inclusive sendo assim rotulada pelo MEC - Capes. Ato contínuo, considerando essa alcunha de atividade artística, inclusive regulamentada por legislação pertinente, deve-se excetuar a dança desta fiscalização dita ilícita.

Diante da situação ora gizada, este parlamentar manifesta-se de modo favorável, em vista da constitucionalidade da matéria, fazendo fulgurar que se segue o procedimento apropriado para tal intento.

Vale articular que, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada observa este parlamentar que, neste instante possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 06.05.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI N 227/2003

P A R E C E R :

Para análise desta Comissão o Projeto de Lei nº 227/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, altera a Lei nº 14.035/2003, que disciplina o funcionamento de clubes, academias, escolas de iniciação desportiva e outros estabelecimentos que ministrem atividades físicas desportivas, recreativas e de lazer e dá outras providências.

O presente projeto pretende tornar os profissionais de dança, artes marciais e yoga, seus instrutores, professores e academias, imunes à fiscalização dos Conselhos.

O autor justifica que os Conselhos Federal e Regional de Educação Física estariam extrapolando sua competência ao fiscalizar os profissionais já mencionados.

Ainda em sua justificativa, informa que o MEC e o Ministério do Trabalho enquadram a dança como uma arte e não como uma atividade física.

A Comissão de Constituição e Justiça analisou os aspectos legais e constitucionais, manifestando-se pela tramitação regional da proposição uma vez que se encontravam presentes os requisitos legais e formais.

Em face do exposto e de outros aspectos que mostram a relevância da matéria, o parecer é pela tramitação regimental da proposição, podendo ir a plenário para análise de todos os deputados. É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.05.2003.

(a) TADEU VENERI
Presidente e Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 227/2003

Modifique-se o parágrafo único do artigo 1º, adicionando-se o termos “xadrez”, passando o mesmo a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Acrescente-se ao artigo 1º da Lei nº 14.035 de 20 de março de 2003, parágrafo com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - Não estão sujeitos à fiscalização dos Conselho previstos nesta lei os profissionais de dança, xadrez, artes marciais e yoga, seus instrutores, professores e academias”.

Sala das Comissões, em 12.05.2003.

(a) TADEU VENERI

Apoiamento:

Rafael Greca, Francisco Bühner e 01 ilegível.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 911 e 912, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 913, de autoria do deputado Doutor Luciano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 918 a 920, de autoria do deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 921 e 923, de autoria do deputado Delegado Bradock, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 922, de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 924, de autoria do deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 925, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 927, de autoria dos deputados Reni Pereira, Durval Amaral e José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 928, de autoria do deputado Mauro Moraes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 932 e 933, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 935, de autoria do deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 936, de autoria do deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 937, de autoria da deputada Arlete Caramês, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 938, de autoria do deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 939 e 940, de autoria do deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 942, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para dentro de 10 minutos, antecipada conforme requerimento aprovado por esta Casa, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 210/2003 e 227/2003.

Levanta-se a Sessão.

Pauta da CCJ:**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PAUTA - 20/05/2003
ÚLTIMO PRAZO**

Projeto de Lei nº 201/2003. Autor: Ministério Público - Procuradoria Geral de Justiça, que altera o artigo 4º da Lei nº 12.241/98 (composição do Conselho Diretor). **Relator: deputado Delegado Bradock. Designado em 22.04.2003.**

**2ª REUNIÃO ORDINÁRIA
RELAÇÃO DOS PROJETOS E
RESPECTIVOS RELATORES**

Projeto de Lei nº 148/2003. Autor: deputado Nereu Moura, que obriga o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná a comunicar aos motoristas cadastrados do vencimento da Carteira Nacional de Habilitação. **Relator: deputado Duílio Genari. Designado em 08.05.2003. Vistas ao deputado Marcos Isfer em 13.05.2003.**

Projeto de Lei nº 180/2003. Autor: deputado Ratinho Júnior, que institui na rede pública e privada de Ensino do Estado do Paraná, o estudo da dependência química e suas conseqüências e o Programa Permanente de orientação e Prevenção ao Uso de Drogas. **Relator: deputado Doutor Luciano. Designado em 08.05.2003.**

Projeto de Lei nº 219/2003. Autor: deputado Fernando Ribas Carli, que obriga a construção de 3ª e 4ª faixas pelas concessionárias de rodovias no Estado do Paraná, nos locais das estradas onde existir faixa contínua. **Relator: deputado Doutor Luciano. Designado em 08.05.2003.**

Projeto de Lei nº 220/2003. Autor: deputado Fernando Ribas Carli, que dispõe sobre a adoção de cota de 50% das vagas dos cursos de graduação das Instituições Estaduais de Ensino Superior, para alunos da rede pública de ensino. **Relator: deputado Doutor Luciano. Designado em 08.05.2003.**

Projeto de Lei nº 224/2003. Autor: deputado Mauro Moraes, que torna obrigatória a exibição de informações turísticas nas telas dos cinemas no Estado do Paraná. **Relator: deputado Duílio Genari. Designado em 08.05.2003. Vistas ao deputado José Maria Ferreira em 13.05.2003.**

Projeto de Lei nº 228/2003. Autor: deputado Vanderlei Iensen, que cria o vale-cultura para os profissionais de Educação do Sistema Público Estadual de Ensino. **Relator: deputado Doutor Luciano. Designado em 08.05.2003. Vistas ao deputado Tadeu Veneri em 13.05.2003.**

Projeto de Lei nº 237/2003. Autor: deputado Plauto Miró Guimarães, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor Bartholomeu Lisboa. **Relator: deputado Ademar Traiano. Designado em 08.05.2003.**

**1ª REUNIÃO ORDINÁRIA
RELAÇÃO DOS PROJETOS E
RESPECTIVOS RELATORES**

Projeto de Lei nº 236/2001. Autor: deputado Mauro Moraes, que obriga as concessionárias de estradas de rodagem a construir banheiros (masculino e feminino) para os usuários da via pedagiada. **Relator: deputado Duílio Genari. Designado em 14.05.2003.**

Projeto de Lei nº 242/2003. Autor: deputado Miltinho Pupio, que altera dispositivos da Lei nº 10.236/92, que dispõe sobre a instituição de taxa de segurança preventiva e criação do Fundo de Modernização da Polícia Militar. **Relator: deputado Marcos Isfer. Designado em 14.05.2003.**

Projeto de Lei nº 243/2003. Autor: Padre Paulo Campos, que concede aos estudantes da Rede Pública e Particular de Ensino Médio e Superior, o meio passe nos meios de transporte coletivo intermunicipal. **Relator: deputado Duílio Genari. Designado em 14.05.2003.**